

REVISTA **Silvicultura**

Publicação da Sociedade Brasileira de Silvicultura

R\$ 10,00
Número 84

*PNF apresenta
os primeiros
resultados*

**PNF shows its
first results**

*Cerflor, um passo
adiante em
certificação*

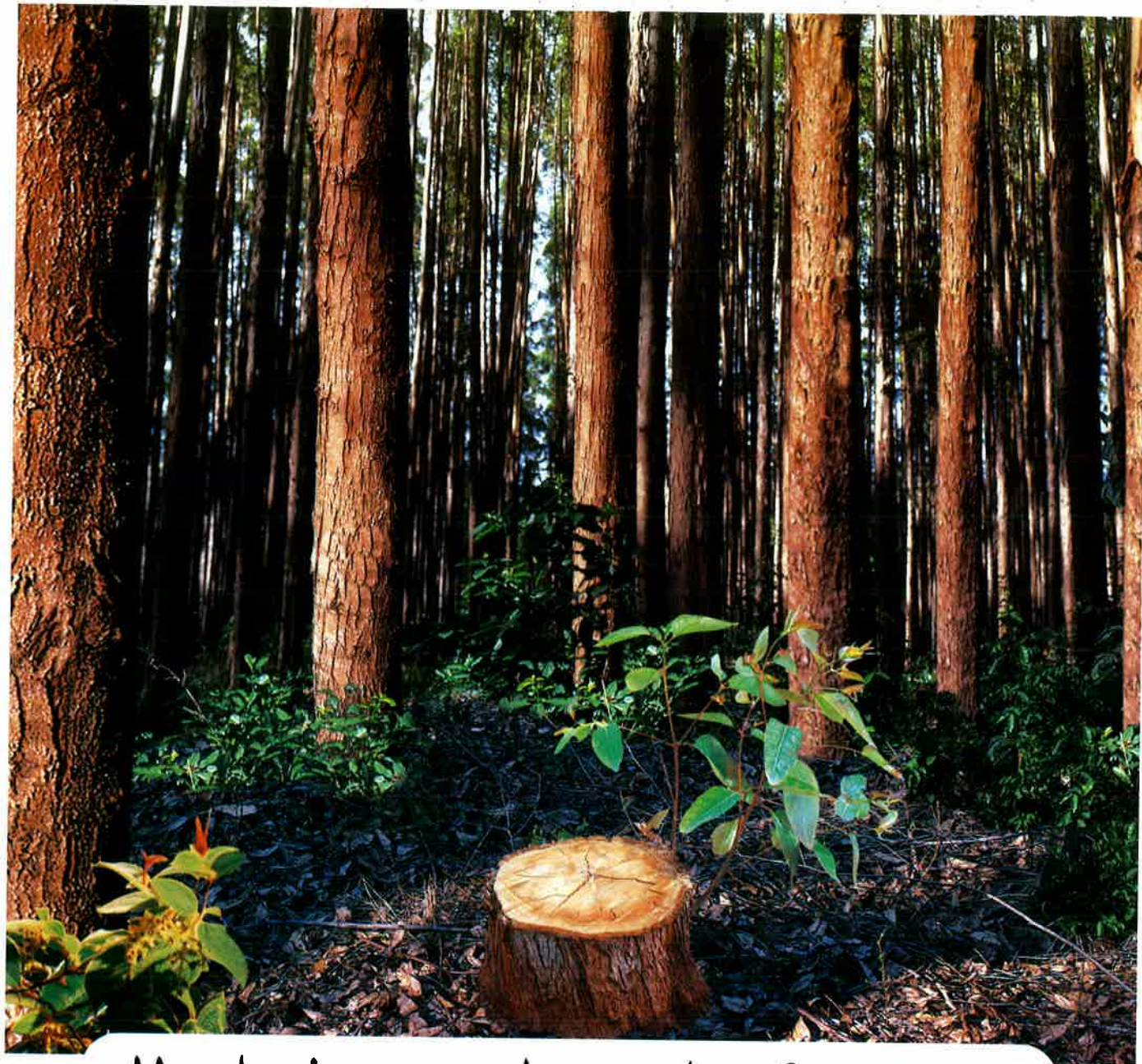
**Cerflor, a step
ahead in
certification**

*Nova perspectiva
sobre
reconhecimento
mútuo*

**A new perspective
about mutual
recognition**

**Masisa
inaugura
unidade
industrial no
Brasil**

**Masisa inaugurates
industrial facility
in Brazil**



Madeira nobre do futuro.

Um bom produto tem de atender às necessidades do mercado, às exigências do consumidor e ser produzido em harmonia com o meio ambiente. Lyptus® é o novo conceito de madeira nobre: cultivado em plantios sustentáveis, produzido com tecnologia de ponta a partir de árvores selecionadas. Lyptus® é madeira de qualidade superior, para usos especiais em um grande leque de produtos finais existentes na indústria de móveis e design de interiores. Lyptus® é a mais nova alternativa ambientalmente sustentável à exploração indiscriminada das florestas tropicais.

Lyptus® é a madeira nobre do futuro.



Lyptus

www.lyptus.com.br



ARACRUZ PRODUTOS DE MADEIRA S.A.

Cada vez mais atuantes

Enquanto avançam as discussões da Câmara Técnica Temporária do CONAMA, cujas deliberações e texto final serão decisivos para a reformulação e atualização do Código Florestal vigente, a Sociedade Brasileira de Silvicultura consolida sua posição como entidade altamente comprometida com as grandes questões florestais nacionais. Nesse sentido, procuramos manter nossa presença e apoio às reuniões da Câmara Técnica, sempre contribuindo e fomentando o debate, para que uma nova proposta, mais adequada, justa e exeqüível, possa ser promulgada.

Paralelamente, a SBS também tem trabalhado em outra frente: está em fase de finalização e implantação o Cerflor – Certificado de Origem sobre a Matéria-Prima Florestal, o primeiro certificado de origem totalmente nacional, inserido no Sistema Brasileiro de Certificação e voltado para o reconhecimento internacional.

Sua implementação definitiva abrirá caminho para novas possibilidades para o mercado brasileiro de base florestal. A principal delas, além de promover o bom manejo florestal, é o aumento da competitividade em mercados como o norte-americano e o europeu, onde certificados de origem de matéria-prima já são diferenciais de comercialização e podem ser até fatores de exclusão. Vale ressaltar que o governo federal tem se empenhado em ambas as discussões. Quanto ao

Programa Nacional de Florestas, cujo lançamento ocorreu seis meses atrás, o mesmo merece um breve balanço, o que é apresentado em matéria especial nesta edição. O que mudou desde o lançamento oficial do PNF? Confira e boa leitura.



NELSON BARBOZA LEITE

Expediente



Órgão Oficial da Sociedade Brasileira de Silvicultura: Rua Marselha, 1.180 - Jaguaré - CEP 05332-000, São Paulo - SP - Fone: (11) 3719-1771
Fax: (11) 3714-4941
E-mail: sbs@sbs.org.br
www.sbs.org.br

Presidente

Nelson Barboza Leite

Superintendente

Rubens C. Garlipp

Conselho Editorial

Amantino Ramos de Freitas
Marco Antônio Fujihara
Nelson Barboza Leite
Roberto de Mello Alvarenga
Rubens C. Garlipp

Editora

Aída Bárbara (Mtb 13.091)

Redação

José Augusto Padilha
Lia Freire

Produção Gráfica e Diagramação

Cristiana Marinho Lacutissa

Redação, Edição e Produção

V.R. Comunicações - Rua Tagipuru, 235 -
cj. 115 - CEP 01156-000 - São Paulo -
SP - Fone/Fax (11) 3662-2141/2195
E-mail: vr@uol.com.br

Departamento Comercial

WR São Paulo Assessoria e Eventos
Fone: (11) 3721-3116
E-mail: wrsp@uol.com.br

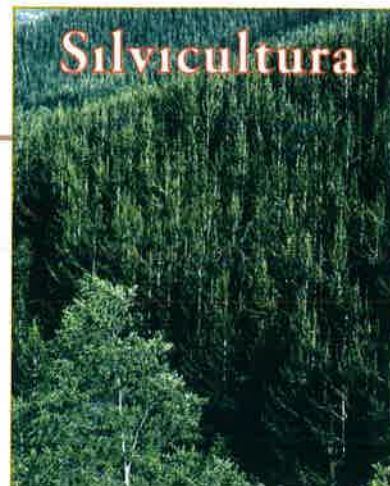
Tiragem

10.000 exemplares

Impressa e distribuída em agosto 2001

É expressamente proibida a reprodução, total ou parcial, sem autorização da editora. As opiniões emitidas em artigos assinados não são necessariamente as da revista e podem ser até contrárias às mesmas.

Sumário



Capa: *Catálogo Institucional Masisa.*



12

O GRUPO CHILENO
MASISA INAUGURA
COMPLEXO INDUSTRIAL
E LANÇA OSB NO
MERCADO BRASILEIRO

28

EMBORA A MOVIMENTAÇÃO SEJA RELATIVAMENTE PEQUENA NO BRASIL, A TENDÊNCIA DE FUSÕES E AQUISIÇÕES NO MERCADO FLORESTAL SEGUE O PADRÃO MUNDIAL: A BUSCA PELA COMPETITIVIDADE.



18

EM ENTREVISTA EXCLUSIVA À REVISTA SILVICULTURA, O NOVO PRESIDENTE DO IBAMA ESPERA QUE A MAIORIA DOS EMPRESÁRIOS SIGA O EXEMPLO DOS QUE OPTARAM DEFINITIVAMENTE PELA FLORESTA.

Editorial	03
Cada vez mais atuantes	
Cerfificação	05
Cerflor, rumo a implementação	
Política Florestal	07
PNF, primeiros recultados	
Código Florestal	16
Conama em busca de maior envolvimento	
Normalização	30
Reconhecimento mutuo	
SBS Informa	36
As atividades da Sociedade Brasileira de Silvicultura	
Fatos Florestais	38
O que acontece no setor florestal	
English Version	40

Cerflor, rumo à implementação

COM A RECENTE REUNIÃO, EM 24 DE MAIO, DA CEET — COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDO TEMPORÁRIO DE MANEJO FLORESTAL —, O PROGRAMA NACIONAL DE CERTIFICAÇÃO DE FLORESTAS DÁ MAIS UM PASSO PARA A FINALIZAÇÃO DO CERFLOR — CERTIFICAÇÃO DE ORIGEM DE MATÉRIA-PRIMA FLORESTAL

No dia 24 de maio, a sede da SBS — Sociedade Brasileira de Silvicultura, abrigou uma série de profissionais do setor, que compõem a CEET — Comissão Especial de Estudo Temporário de Manejo Florestal, para definir os parâmetros do Cerflor — Certificado de Reconhecimento de Origem

de Matéria-Prima Florestal. Durante a reunião, debateram-se os textos básicos que darão origem a padrões sobre manejo de plantações florestais, cadeia de custódia e qualificação de auditores florestais e que constituirão as normas brasileiras dentro do SBC — Sistema Brasileiro de Certificação. “Os trabalhos avançaram bastante com relação à última reunião; estamos, agora, em fase de refinamento e creio que muitas das subcomissões estarão finalizando seus trabalhos”, afirma o diretor de normalização da ABNT — Associação Brasileira de Normas Técnicas, Frederico Cabral.

Programa que reúne a ABNT, o Inmetro — Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial e entidades de pesquisa e empresas do setor florestal, o Cerflor agora terá uma série de normas brasileiras para certificação do manejo florestal que se inserem nos foros nacional, regional e internacional, de modo a prover um referencial no estabelecimento de um selo de conformidade. Esse trabalho está sendo coordenado pelo Inmetro, dentro do Sistema Brasileiro de Certificação — SBC. Após anos de

desenvolvimento e de estruturação, o Cerflor está próximo de concretizar a realidade de um certificado genuinamente brasileiro de garantia de sustentabilidade de obtenção da matéria-prima florestal.

Para que todos os parâmetros estejam de acordo com os reconhecidos em nível internacional, a SBS firmou convênio de cooperação técnica, em 1996, com a ABNT, no sentido de implementar e operacionalizar o programa. “São organismos neutros, que atuam com transparência; possibilitam ampla participação, condições vitais para assegurar a qualidade e independência do sistema”, avalia o gerente de Meio Ambiente da Aracruz Celulose e representante da Bracelpa na CEET, Carlos Alberto Roxo. Para ele, o Cerflor tem papel-chave em todo o processo, pois representa uma visão brasileira sobre certificação florestal. “Uma vez concluído, possibilitará que os produtos brasileiros por ele certificados possam participar, em melhores condições, do mercado global de produtos florestais”, comenta Roxo, informando que é fundamental a participação ativa de todos os segmentos da sociedade em seu desenvolvimento, para

que ele possa se consolidar como um sistema forte.

“Trata-se do único membro brasileiro que participa dos sistemas internacionais de certificação; além disso, o Inmetro (que também está capitaneando o processo) faz parte do Fórum Internacional de Acreditado-

de uma solução brasileira”. A linha de pensamento dos participantes é tornar o Cerflor uma certificação reconhecida internacionalmente, via reconhecimento mútuo entre outras certificações internacionais, o que, na prática, significa a perspectiva de maior competitividade em mercados como o europeu e o norte-americano, cujos consumidores estão demandando produtos florestais com certificados de origem.

Já foram feitos testes de campo que avaliaram a consistência dos procedimentos recomendados pelo Cerflor. No final de 1999 e início de 2000, foi realizada uma experimentação prática em uma empresa florestal para aferição de todo o processo. A conclusão da avaliação, naquela oportunidade, foi que o processo necessitava de pequenos ajustes e estes ajustes deveriam seguir as tendências internacionais, o que vem sendo feito desde essa época.

Além disso, o Cerflor já foi avaliado por consultoria internacional para fazer parte de uma matriz comparativa entre os principais programas nacionais no mundo publicada pela Confederação Européia da Indústria de Papel (CEPI), considerando elementos para a possibilidade do reconhecimento mútuo no futuro.

De acordo com o diretor superintendente da SBS, Rubens Garlipp, todos os passos visam conferir maior credibilidade ao programa. “Isso proporcionará uma maior facilidade no sentido de o Cerflor obter sua inserção internacional; por outro lado, temos a consciência de que, finalizado este passo e até pelo motivo do reconhecimento internacional, a certificação assumirá uma importância

estratégica para os produtos brasileiros de base florestal”.

A próxima atividade do programa será nova consulta pública para futura publicação das normas brasileiras de manejo florestal após julho, quando se pretende terminar a formatação do Cerflor. “Cremos que, até pelo avançado estágio dos textos-base relativos a plantações florestais, os padrões para certificação de florestas plantadas deverão ser concluídos em consenso ainda neste ano”, explica Rubens Garlipp. Segundo ele, depois desta fase será iniciado o processo de formatação das normas para certificação do manejo de florestas nativas. Também estão sendo produzidas normas para cadeia de custódia e para qualificação de auditores florestais.

O otimismo também faz parte do discurso de quem acompanha o programa desde sua estruturação, caso de Sérgio Ahrens, do Embrapa Florestas. Embora faça questão de frisar que o compromisso da Embrapa é com a percepção técnico-científica do processo de certificação, ele não deixou de emitir sua opinião. “O processo está em sintonia com outros processos de certificação de sua área”, acredita Ahrens, acrescentando que a representatividade do Cerflor não ficará a dever nada aos organismos internacionais de certificação, dada a própria natureza da legislação ambiental e florestal do Brasil. “O tratamento de nossa legislação é muito mais severo que em outros países, o que, de certa forma, nos confere uma vantagem comparativa, pois, por força legal, temos que nos manter em um patamar de sustentabilidade mais elevado”.

TODOS OS PASSOS VISAM CONFERIR MAIOR CREDIBILIDADE AO PROGRAMA QUE PROPORCIONARÁ UMA MAIOR FACILIDADE NO SENTIDO DE O CERFLOR OBTER SUA INSERÇÃO INTERNACIONAL, POR OUTRO LADO, TEMOS A CONSCIÊNCIA DE QUE, FINALIZADO ESTE PASSO E ATÉ PELO MOTIVO DO RECONHECIMENTO INTERNACIONAL, A CERTIFICAÇÃO ASSUMIRÁ UMA IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA PARA OS PRODUTOS BRASILEIROS DE BASE FLORESTAL”.

RUBENS GARLIPP

res”, observa José Augusto Pinto de Abreu, coordenador da CEET, acrescentando que todo o trabalho de normalização e estruturação do Cerflor possui “grande consistência técnica e está perfeitamente focado em nossas realidades nacionais; trata-se



PNF, primeiros resultados

EMBORA TENHA APENAS POUCO MAIS DE OITO MESES, O PROGRAMA NACIONAL DE FLORESTAS JÁ INICIOU SUA IMPLEMENTAÇÃO, DISCUTINDO SOBRE A ORIGEM DAS VERBAS DO FUNDO QUE VAI FINANCIAR AS PESQUISAS. VEJA O QUE O GOVERNO TEM FEITO ATÉ O MOMENTO A RESPEITO DO PROGRAMA.

Lançado oficialmente em setembro/2000, o Programa Nacional de Florestas (PNF) começa a dar passos decisivos no sentido de fomentar o setor

florestal no País. Na visão do presidente do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama), Hamilton Casara, um dos objetivos do PNF é caminhar no sentido de ampli-

ar a base florestal plantada, procurando integrar ao processo produtivo as pequenas e médias propriedades rurais. “A meta dessa linha temática do Programa é a implantação de 630 mil hectares/ano de florestas”, informa.

Por sua vez, o diretor do PNF, Raimundo Deusdará Filho, lembra que essa cifra diz respeito à demanda do setor de papel e celulose, siderurgia a carvão vegetal e lenha. “O Programa apoiará o setor no sentido de viabilizar ações de regulamentação da atividade, facilitando o processo burocrático, inclusive no que tange ao estabelecimento de regras claras e alternativas de financiamento. Com recursos orçamentários do Pla-



Foto Rigesa

no Plurianual 2000-2003, estamos apoiando iniciativas estaduais e municipais de implantação de florestas em pequenas e médias propriedades rurais, estimulando o estabelecimento da figura do fazendeiro florestal”, justifica.

Na avaliação de Casara, o PNF veio para contribuir com o Ibama, sem choques de atribuições. “Pelo contrário, as ações irão se complementar, pois o PNF é um grande programa, que tem a missão de aglutinar as diversas estratégias, ações e atividades que estão sendo desenvolvidas na área florestal, evitando duplicidades e perdas de prioridades”, afirma. Ainda na opinião do presidente do Ibama, o Programa Nacional de Florestas estará cumprindo

a sua meta dentro da linha temática de fortalecimento institucional. “Com ele, teremos diretrizes da política florestal brasileira, com diversos projetos e atividades, incluindo a de fomento”, argumenta.

Por ter abrangência nacional, o PNF será executado pelos diferentes atores do setor florestal, segundo comenta Deusdará, acrescentando que estarão envolvidos Ibama, Estados, Distrito Federal, Municípios, ONGs, segmentos empresariais, instituições de ensino e pesquisa, entre outros, sob a coordenação do MMA – Ministério do Meio Ambiente. “Para facilitar esse trabalho de articulação, o Decreto 3.420, de 20/04/2000, que criou o PNF, constituiu um Grupo de Trabalho Interminis-

terial para dar suporte ao Programa, do qual participam os Ministérios da Agricultura e Abastecimento, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Desenvolvimento Agrário, da Ciência e Tecnologia, da Integração Nacional e do Planejamento, Orçamento e Gestão”.

Hamilton Casara comenta que, com uma malha tão abrangente de atores, as “ações deverão ser maximizadas e direcionadas para atingir e abranger o maior universo possível de clientes”. Para ele, com o PNF, o setor florestal voltou a ter endereço junto ao governo federal. “Desde o fim da política de incentivos fiscais, na década de 80, o setor estava sem referência no governo”, arremata.

O diretor do PNF endossa a argumentação de Hamilton Casara, ao mostrar os resultados conseguidos pelo PNF. Ele destaca a assistência técnica em agrosilvicultura a mais de 5 mil propriedades rurais, apoio a 4 projetos de desenvolvimento de tecnologia florestal pela Embrapa e orientação ao Fundo Nacional de Meio Ambiente, no atendimento a 10 projetos de extensão florestal na modalidade de demanda induzida e a 33 projetos de demanda espontânea. “Além disso, mediante convênios com os estados do ES, MG, GO, RR e SC, o programa fomentou o reflorestamento de 7.140 ha, e com recursos de reposição florestal, o Ibama apoiou o reflorestamento de 2.500 ha. Recentemente, o PNF apresentou à Comissão de Financiamento Externo - COFIEIX, carta consulta ao BIRD no valor de 500 milhões de dólares, para investimentos na área florestal em dez anos”, comenta.

Informamos ainda que o MMA assinou um termo de cooperação com o Banco do Nordeste visando a estimular à prática do manejo na Região, que inclui programas de capacitação de técnicos e produtores rurais, elaboração de material de difusão e informativo (folder, cartilhas, boletins técnicos) além de facilitar o acesso do produtor rural ao crédito para financiamento de atividades florestais. No relativo ao fortalecimento institucional e serviços de extensão florestal, o Programa conta com três unidades de apoio descentralizadas: uma para a Região Nordeste (UAP/NE), outra para a Região Norte (UAP/

N) e uma para atender às Regiões Centro-Sul (UAP/Minas). Cada Unidade é composta por equipes técnicas com larga experiência no setor florestal e capacitadas para oferecer suporte técnico aos Estados para a implementação do Programa Nacional de Florestas.

No tocante à discussão de grandes questões, como a necessidade da revisão do Código Florestal, o diretor do PNF assegura que o programa tem se empenhado, no sentido de discutir a atual legislação. “Na Câmara Técnica de Atualização do Código Florestal no Conama, coordenada pela Diretoria do Programa Nacional de Florestas, tem-se procurado trabalhar em conjunto com entidades representativas da sociedade, ambientalistas e setor produtivo”, pondera.

Ele vê a atualização do Código como “necessária, face às questões relacionadas às causas do desmatamento desordenado e à ocupação de terras com vocação florestal, por um lado e, por outro, face à premente necessidade de atender princípios de desenvolvimento sustentável das florestas brasileiras”. Para ele, é fundamental que os instrumentos legais que disciplinam a exploração e uso dos recursos florestais, bem como os que determinam a sua conservação, contemplem procedimentos administrativos que facilitem o cumprimento das determinações neles contidas. “É preciso desburocratizar estes procedimentos administrativos para que possamos ter formas adequadas de reversão do quadro de uso predató-

rio das florestas naturais”.

A QUESTÃO FINANCEIRA

Paralelamente à enumeração das realizações do governo federal, há as críticas ao programa, com base na alegação de o Planalto tem acenado com a proposta de realização e implementação do programa sem, no entanto, explicar a origem dos recursos e suas possibilidades de captação. “Ora, os recursos existem na maioria das fontes, o que falta é demanda”, afirma Deusdará, que cita os Fundos Constitucionais e os Fundos de Investimentos com disponibilidade financeira, mas “faltam projetos”. “Além disso, estão sendo mapeadas as diversas ações dos Programas do PPA 2000-2003 que têm interface com a questão florestal, no sentido de complementá-las e de evitar duplicação de esforços”.

Internamente, o PNF tem firmado parcerias com instituições financeiras, para cada ação prevista no âmbito do programa. Assim, foram realizados acordos com o Banco do Nordeste, com os Estados, por meio de Termos de Cooperação, com instituições de pesquisa e ONGs, onde “cada uma das partes contribui de modo que o recurso financeiro não seja entrave para a execução de nenhuma das atividades planejadas”, observa Raimundo Deusdará.

Ele ainda comenta outra estratégia, a de buscar investimentos internacionais. “Atualmente, estamos elaborando um projeto no valor estimado de 30 milhões de dólares com o

GEF – Global Environment Facility para investimento na região do Semi-Árido brasileiro (que envolve os nove Estados nordestinos e o norte do Estado de Minas Gerais), visando o uso sustentável dos recursos florestais e a conservação da biodiversidade do bioma Caatinga”, esclarece.

ALTERNATIVAS FINANCEIRAS

Além dos caminhos mais conhecidos, o governo tem se esforçado para criar outras alternativas de captação e estuda até reformulações de financiamentos. Por isso, quando do lançamento do PNF, muito se falou na possibilidade de criar um Pronaf Florestal, para o desenvolvimento do setor de base florestal. “O Pronaf Florestal é um instrumento de financiamento, de apoio à produção familiar. Atualmente, o MMA está em processo de negociação com o MDA para a inserção da variável ambiental nos seus programas de assentamentos humanos de reforma agrária e de agricultura familiar”, argumenta Deusdará. Segundo o diretor do PNF, o objetivo dessa proposição é fazer com que a atividade florestal efetivamente contribua para tornar sustentável o tradicional processo de produção agropecuária, por intermédio da introdução das atividades de manejo florestal e de práticas agro silvoflorestais.

Uma das fontes potenciais de recursos citadas no PNF é o Fundo Florestal C&T, que surgiu ao longo dos trabalhos de preparação do programa. O Ministério de Ciência e

Tecnologia apresentou a sua proposta de criação de um fundo para o setor, com base na experiência com outros fundos setoriais para financiar o desenvolvimento científico e tecnológico. “Até agora, foram criados dez fundos setoriais, com previsão de recursos da ordem de R\$ 800 milhões a R\$ 1 bilhão”, informa o chefe da Assessoria de Captação de Recursos do MCT, Maurício Mendonça Jorge.

Segundo ele, os fundos setoriais visam dotar o País de um instrumento de auxílio aos pesquisadores e empresas de diversos segmentos, que sejam orientados pelo compromisso com os desafios nacionais de cada área. “O que se deseja é obter o melhor resultado possível em termos de geração de conhecimento e de novos produtos.”

Os recursos são administrados por um comitê que tem a participação de órgãos governamentais, pesquisadores e representantes do setor produtivo. “A esta grande inovação, que foi introduzida, chamamos de ‘gestão compartilhada’. Ela dá muita credibilidade ao processo”, enfatiza Mendonça, acrescentando que estão sendo analisadas diversas possibilidades sobre a origem das verbas. “Não gosto de me adiantar muito sobre este tema porque ele implica uma negociação ampla e, em alguns casos, sigilosa. Mas várias idéias estão sendo cogitadas, tais como utilizar parte dos recursos destinados à Reposição Florestal Obrigatória ou usar parte do dinheiro a ser obtido por meio de concessões par ao manejo de florestas

nacionais e da exploração da biodiversidade”, explana.

Ele afirma que os recursos estão sendo alocados segundo um plano plurianual de investimentos, estabelecido pelo Comitê Gestor, que levará em conta as necessidades de sustentabilidade ambiental, os benefícios sociais e ambientais, viabilidade econômica, efeito multiplicador, qualidade e inovação tecnológica, agregação de valor aos produtos florestais, etc. “Os projetos serão selecionados por editais”, avisa Mendonça.

De acordo com ele, entre os benefícios que o fundo proporcionará ao segmento florestal está a possibilidade de aumentar os investimentos em pesquisas, para garantir e melhorar a competitividade dos produtos florestais brasileiros (oriundos de florestas plantadas), nos mercados nacional e internacional. As pesquisas permitirão, ainda, explorar novas áreas com manejo de florestas nativas, recuperação de áreas degradadas, matas ciliares e reservas legais e o desenvolvimento sustentável.

Em princípio, poderão se habilitar aos recursos todos os grupos de pesquisas em universidades, institutos e centros de pesquisas, individualmente ou associados a empresas, e que estiverem de acordo com as exigências estabelecidas no documento básico e no *Manual Operativo do Fundo Setorial*.

De acordo com Mendonça, esse segmento tem recebido destacada atenção e o desempenho do Brasil é reconhecido no mundo, principalmente em relação às florestas exóticas,

como as de eucalipto, em que o País se destaca pela sua alta produtividade e, conseqüentemente, sua competitividade do mercado internacional de produtos florestais. “Com a criação do Fundo Florestal, será possível investir em outras espécies, como pinus, acácia-negra e plantas nativas, que até agora não obtiveram o mesmo nível de investimento, de modo a produzir cada vez mais benefícios para as regiões, permitindo, assim, o desenvolvimento sustentável e a preservação de florestas”, finaliza.

RECEPTIVIDADE

Talvez seja cedo para falar em receptividade da sociedade civil e da indústria de base florestal ao lançamento do PNF, mas Raimundo Deusdará se mostra otimista quanto à repercussão. Embora ele lembre que o programa está sempre em reformulação, dada a sua natureza dinâmica, ele comenta que a sociedade tem se mostrado pró-ativa. “Todos os eventos promovidos pelo PNF e para o qual são convidados os setores envolvidos, registram grande participação, como o em Fortaleza/CE, há mais de um mês, quando representantes de mais de 30 diferentes instituições estiveram reunidos para indicarem áreas prioritárias da Caatinga, que farão parte de um projeto de investimento que o Governo brasileiro, por intermédio do PNF, está negociando com o GEF”, explica.

Ainda há desafios, como a questão da compatibilização da nova política florestal com as políticas públi-

cas dos governos estaduais. “Ao elaborarem suas próprias legislações disciplinando a exploração florestal em seus territórios, os Estados começam a assumir, de fato, a gestão dos seus recursos florestais. Assim, o apoio a essas iniciativas é mais uma estratégia para a implementação do PNF, pois oferece capacitação técnica e assessoramento para a elaboração dessa legislação específica, partindo do princípio do desenvolvimento sustentável como fundamento primordial”.

Raimundo Deusdará mantém a visão otimista, ao comentar as perspectivas para o segmento florestal

como um todo. “Florestas brasileiras têm capacidade de suporte para a utilização sustentável de recursos madeireiros, além da sua contribuição na prestação de serviços ambientais, tais como a conservação da biodiversidade, proteção de mananciais e a fixação de carbono”. Para o diretor do PNF, tendo em vista a multiplicidade de seus usos, deve-se também manter as qualidades da floresta para a exploração de outras atividades, como o ecoturismo, extrativismo e no momento atual, colaborar na geração de energia alternativa.



Raimundo Deusdará Filho, diretor do PNF.



Masisa investe no mercado brasileiro

LÍDER LATINO-AMERICANO NA PRODUÇÃO DE PAINÉIS DE MADEIRA ABRE O SEGUNDO COMPLEXO INDUSTRIAL FORA DO CHILE, E O PAÍS ESCOLHIDO É O BRASIL



“A criação do programa de capacitação e a contratação dos técnicos fazem parte do compromisso que assumimos, de investir na mão-de-obra local e gerar novos empregos no Paraná”, esclarece Ítalo Rossi, diretor geral da empresa.

Após cinco anos de atuação no Brasil, por meio de seus escritórios no Paraná e no Rio Grande do Sul, o grupo chileno Masisa inaugura sua primeira unidade industrial no Brasil, em Ponta Grossa, Paraná. A escolha da cidade deu-se por uma série de benefícios: incentivos proporcionados pelos governos do Estado do Paraná e da cidade de Ponta Grossa; o fato da região possuir uma base florestal e terras com potencial florestal para suportar, em regime sustentado, as necessidades da companhia; situação geográfica e de logística regional, que possibilitam à Masisa ter acesso aos principais pólos de consumo; além da boa infra-estrutura de utilidades como gás natural e disponibilidade de energia elétrica.

A nova unidade industrial recebeu investimentos na ordem de US\$140 milhões e irá gerar na região cerca de 1.200 empregos diretos e indiretos. Atualmente, a empresa emprega cerca de 1,2 mil funcionários em suas 15 linhas de produção e em seus escritórios no Chile, Argentina, Peru e Brasil.

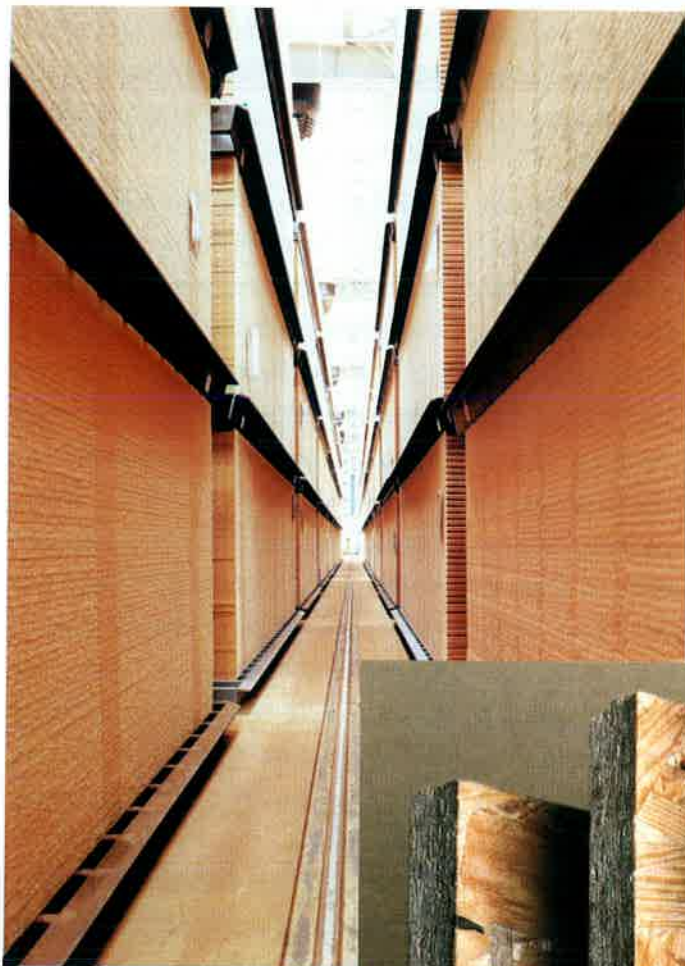
O processo de instalação do complexo industrial no País começou em 1998, quando a Masisa assinou seu protocolo com o programa Paraná Mais Emprego. Um ano mais tarde, teve início as obras da fábrica brasileira, que desde dezembro passado começou a produção de chapas de MDF (Medium Density Fiberboard). Além deste material, introduzido no mercado nacional pela empresa há cerca de cinco anos, por meio de im-

portações, também serão produzidos painéis revestidos de Melamina (placas de MDF e aglomerado) e OSB (Oriented Strand Board).

De acordo com Ítalo Rossi, diretor geral da companhia no Brasil, a linha de produção de MDF tem capacidade para fabricar 240 mil m³/ano, volume que deverá ser atingido até agosto de 2001. “Pretendemos mais do que duplicar nossa participação no mercado brasileiro de MDF; temos por objetivo abocanhar cerca de 36% do mercado.” As chapas de Melamina começaram a ser produzidas na fábrica de Ponta Grossa em maio. “Até dezembro de 2001, devemos atingir a capacidade de produção que corresponde a 130 mil m³/ano”, acrescenta Rossi.

Um dos maiores desafios da companhia chilena para os próximos anos será difundir no Brasil o uso do painel estrutural OSB na construção civil, na indústria moveleira e de embalagens, o material já é largamente utilizado nos Estados Unidos e Europa. A Masisa iniciará a produção do OSB no final do ano e terá capacidade de produção de 350 mil m³/ano. “A nossa previsão é exportar 50% do material produzido, e no máximo em três anos, esperamos que o mercado brasileiro esteja absorvendo 100% da produção”, almeja Andrés Armstrong, diretor de Marketing da Masisa do Brasil.

Para conquistar tais objetivos a diretoria da empresa chilena terá pelos próximos anos muito trabalho. Isso porque a utilização de OSB na construção civil brasileira é pratica-



“Nossa empresa não se instalou no país apenas para colher, mas também para plantar, nos próximos 10 anos devemos chegar a 50 mil hectares”, Adhemar Villela, diretor florestal.



modernas de prensagem evitam a delimitação, nome dado ao processo de separação das camadas da placa, e a existência de falhas ou orifícios nas chapas.

Além de apresentar-se como uma alternativa com melhor relação custo-benefício em comparação com o compensado, o material é também uma opção ecologicamente correta. Cerca de 90% do tronco é aproveitado no processo de corte e, ao contrário de outros painéis estruturais, a produção do OSB se dá a partir de árvores de pequeno diâmetro e crescimento rápido, contribuindo para a preservação de florestas mais antigas.

Desenvolvido no final da década de 70, o OSB marca uma evolução na produção de painéis compensados. “A mudança na orientação das micro-lâminas e seu entrelaçamento, somada à consistência das fibras da madeira e à aplicação de resinas à prova d’água são os fatores responsáveis pela rigidez que caracterizam o material”, detalha Armstrong.

mente zero. “Mostraremos as diversas vantagens em se trabalhar com o OSB, como por exemplo, qualidade no acabamento, melhor administração dos materiais para que não haja desperdícios no canteiro de obra, sem falar no ganho de produtividade. Usando os painéis OSB a obra pode ser concluída em um quarto do tempo

que levaria caso fossem utilizados outros tipos de painéis compensados”, compara o diretor de Marketing.

Em termos econômicos, uma das principais vantagens do OSB reside na utilização de árvores de baixo valor comercial, combinado à aplicação de alta tecnologia de produção- resinas especiais e técnicas

Quando decidiu construir a fábrica em Ponta Grossa, o grupo Masisa apostou no potencial da comunidade local. Para isso utilizou a mão-de-obra ponta-grossense tanto na construção da unidade industrial quanto na fábrica de painéis de madeira, que

hoje conta com 110 funcionários.

Para fazer frente à alta tecnologia utilizada no processo de produção, que exige qualificação específica dos funcionários, a unidade industrial brasileira investiu em formação de mão-de-obra. Com um total de 400 horas/aula e validade de estágio curricular, o programa de capacitação, que teve apoio do Ministério do Trabalho e Emprego, formou cerca de 70 técnicos, que trabalharão como operadores e analistas de laboratório. “A criação deste programa e a contratação dos técnicos fazem parte do compromisso que assumimos de investir na capacitação de mão-de-obra local e gerar novos empregos para os trabalhadores do Paraná”, explica Rossi.

O sucesso do programa de capacitação foi tão significativo, que já foi aprovado pelo Conselho Municipal do Trabalho a realização de outro programa, que formará profissionais para a unidade de painéis OSB.

O compromisso com a comunidade ponta-grossense não se limitou a utilização da mão-de-obra, a empresa chilena cuidou para que o meio-ambiente fosse preservado não prejudicando o ecossistema local. Preservando e investindo na matéria-prima utilizada, a Masisa, no segundo semestre do ano passado, plantou cerca de mil hectares (ha) de florestas e pretende plantar dois mil hectares/ano.

Segundo Adhemar Villela Filho, diretor florestal da empresa, até 2007 a Masisa deve formar uma base florestal de 25 mil ha. “Nos próximos 10 anos devemos chegar a 40 ou 50 mil ha”, acredita Villela. O diretor geral,

Ítalo Rossi, completa lembrando que a empresa não se instalou no país apenas para colher, mas também para plantar.

A iniciativa de reflorestamento faz parte do Programa Florestal lançado pela empresa em agosto de 2000 na Fazenda Santa Helena, no município de São Luiz do Puruã (PR).

Além de servir como base florestal para a operação industrial, as florestas da Masisa servirão como uma fonte alternativa de renda. A fabricação do MDF, por exemplo, não exige a utilização de troncos, podendo ser feita a partir de sub-produtos da madeira, como a serragem e o cavaco, resíduos fartamente produzidos por madeiras, indústrias de laminação e de compensados. “Os troncos roliços que cultivamos poderão ser vendidos para estas indústrias”, lembra Villela.

A fábrica de Ponta Grossa é a primeira da América do Sul a utilizar um sistema fechado de tratamento de água. O projeto consumiu investimentos na ordem de US\$ 1,5 milhão. Produzido na Dinamarca, o equipamento tem capacidade para tratar 20 toneladas/hora, permitindo que 95% dos efluentes resultantes da lavagem de cavacos sejam reutilizados no próprio processo industrial, para produção de vapor e diluição de resinas.

De acordo com a diretoria da Masisa, a maior virtude do equipamento está na redução dos resíduos gerados pelo processo. “A escolha deste sistema está em linha com a política de respeito ambiental desenvolvida pela Masisa em todo o mundo”, finaliza Rossi.



Conama, em busca de maior envolvimento

COM A PARTICIPAÇÃO DA ACADEMIA E DE ENTIDADES REPRESENTATIVAS DO SETOR FLORESTAL E EFETIVO ENVOLVIMENTO DO GOVERNO, AS DISCUSSÕES SOBRE A ATUALIZAÇÃO DO CÓDIGO FLORESTAL, LIDERADAS PELO CONAMA – CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – PODERÃO AVANÇAR MAIS.

A Sociedade Brasileira de Silvicultura – SBS – esteve presente em várias reuniões da Câmara Técnica Temporária de Atualização do Código Florestal coordenadas pelo CONAMA. Na pauta, os temas que vão desde a revisão de conceitos da antiga Resolução 04/85 (revogada pela Lei 9985/2000 que estabelece o novo Sistema Nacional de Unidades de Conservação; a Resolução 04, por exemplo, dava status de Reserva Ecológica para Área de Preservação



Visita às áreas da VCP no Vale do Paraíba, quando se discutiu a questão de “normas” e Áreas da Preservação Permanente.

Permanente), até a articulação para o Zoneamento Econômico Ecológico. “Temos acompanhado com interesse e atenção todas as discussões que visam à reformulação do Código Florestal e sempre nos colocamos de forma a colaborar o máximo possível para a atualização da legislação vigente”, afirma o diretor superintendente, Rubens Garlipp.

A própria SBS tem feito sugestões de modificações para regulamentações do Conama sob o âmbito técnico e de viabilidade de execução no campo. “Algumas das alterações propostas se deram com o objetivo de eliminar qualquer dubiedade, observa Garlipp, informando que o setor, como um todo, contribuiu bastante nas diversas reuniões.

Os textos substitutivos, ora em preparação pela Câmara Técnica do

Conama, têm como foco as Áreas de Preservação Permanente que não estão claramente definidas no artigo 2º do Código Florestal. Questões como topos de morro, montanhas, áreas de reserva – rural e urbana – e margens de rios e de reservatórios, têm sido, agora, discutidas com fundamentação científica, imprimindo, assim, caráter técnico às conceituações de conservação e às possibilidades de uso da terra.

Para o presidente da SBS, Nelson Barboza Leite, o governo federal precisa divulgar com maior intensidade as reuniões da Câmara Técnica, de forma a envolver mais segmentos da sociedade e do setor de base florestal. “Entendemos que os esforços de todos os envolvidos têm sido muito proveitosos para a evolução das propostas, mas ainda é preciso acelerar o rit-

mo das discussões”, pondera o dirigente, apontando a necessidade do governo federal encampar essa tarefa.

O próprio governo federal tem elogiado as iniciativas de todos os envolvidos em sugerir alternativas viáveis de atualização da legislação corrente. Na primeira reunião da Câmara Técnica do Conama neste ano, realizada em fevereiro, em São Paulo, os representantes de diversos segmentos levantaram pontos interessantes, que foram debatidos na prática.

A questão dos topos de morro, por exemplo, foi objeto de melhor entendimento, a partir de seminários e esclarecimentos por parte da academia. Em evento organizado conjuntamente pela SBS e pela Secretaria Executiva do Conama, a unidade florestal da Votorantim Celulose e Papel – VCP em Jacareí – SP foi visitada por 50 pessoas. A comitiva foi constituída pelos membros do Conama, representantes da Câmara Técnica, profissionais do setor, professores e pesquisadores de diversas universidades e instituições de pesquisa. O programa de campo abrangeu desde visitas às áreas de reflorestamento até os jardins clonais de eucalipto, numa ação que valeu comentários positivos do diretor do Programa Nacional de Florestal, Raimundo Deusdará Filho. Em carta de agradecimento à VCP, Deusdará comentou que “o empenho de todos contribuiu para o êxito da reunião, para o atendimento de seus objetivos e para o maior comprometimento de todas as organizações envolvidas no processo de atualização e regulamentação do Código Florestal”.



Reunião da Câmara Técnica do Conama ocorrida em São Paulo, dias 8 e 9 de janeiro, promovida pela SBS e com visita às áreas da VCP no Vale do Paraíba.





Ibama faz a sua parte

EM ENTREVISTA EXCLUSIVA À REVISTA SILVICULTURA, O NOVO PRESIDENTE DO IBAMA ESPERA QUE A MAIORIA DOS EMPRESÁRIOS SIGA O EXEMPLO DOS QUE OPTARAM DEFINITIVAMENTE PELA FLORESTA.

No começo deste ano, a SBS – Sociedade Brasileira de Silvicultura – promoveu uma enquete, via Internet, para saber o que as pessoas esperavam do novo presidente do Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e que providências deveriam ser adotadas, prioritariamente, para valorizar a atividade silvicultura brasileira. A elucidação dos pontos levantados pelo público, as metas e os projetos da atual gestão estão na entrevista exclusiva à SBS, concedida por, Hamilton Casara, que assumiu o cargo em janeiro deste ano. Na sua mensagem ao público, ele afirma que o setor empresarial precisa se conscientizar e não encarar a floresta como algo a ser utilizado para subsidiar a sua própria conversão. E garante que o Ibama está fazendo o seu dever de casa.

SBS - Segundo as pessoas que participaram da enquete realizada pela SBS, o senhor deveria promover a reciclagem e treinamento de técnicos do Ibama. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

HAMILTON CASARA - Esta é uma questão complexa e pretendemos ser bastante arrojados neste sentido. Aliás, o Ibama já vem reciclando seus técnicos, tanto é que nos últimos dois anos mais de 20 profissionais da entidade receberam treinamento em manejo florestal de baixo impacto. Tal número representa cerca de 1/3 do total de nossos engenheiros florestais que atuam na Amazônia. Contudo, a demanda interna ainda é grande e tende a crescer. O órgão possui, atualmente, cerca de 600 engenheiros florestais. Curiosamente, na Amazônia Legal, onde se dará grande ênfase ao manejo florestal, estão lotados apenas 10% deles. Justamente a região que

corresponde a mais da metade do Brasil e possui a maior área de floresta tropical contígua do mundo é a menos favorecida do País em número de engenheiros florestais.

No momento, faltam passar pelo programa de reciclagem cerca de 40 engenheiros florestais do Ibama na Amazônia e, se tudo der certo — considerando os ajustes que se poderiam fazer em termos de distribuição de pessoal —, precisaremos reciclar mais 60 no ano que vem e 80 em 2003. Isto porque faz relativamente pouco tempo que a Engenharia Florestal foi capaz de propor um pacote tecnológico completo para a condução da floresta amazônica brasileira, no sentido da produção economicamente viável e ecologicamente sustentável. O “socialmente justo depende também de nós, Ibama, porque somente se houver difusão das novas tecnologias e da nova legislação para os mais longínquos recantos da Amazônia, será possível promover o desenvolvimento social da região com base no uso sustentável dos seus recursos naturais. E quem conhece a Amazônia sabe que é comum o emblema do Ibama causar medo na população. Ela não aprendeu a utilizar o recurso de forma sustentável, porque ninguém, nem o Estado, lhe ensinou a fazê-lo. Contudo já aprendeu a ter medo do Ibama.

O técnico, seja ele engenheiro florestal ou engenheiro de pesca (as duas profissões mais importantes para o desenvolvimento dos recursos naturais da região), deve ir antes do fiscal. No dia em que as técnicas adequadas para a região — atualmente restritas a poucos privilegiados estiverem disponíveis ao pequeno e ao



Para Casara, a Amazônia não deve ficar à mercê de uma ONG, por melhor que seja.

médio empresário do setor madeireiro, ao pequeno e ao médio proprietário de terra, a necessidade da fiscalização será totalmente diferente da observada hoje. Tradicionalmente, temos gasto muito mais recursos na repressão do que na orientação. Portanto, o Ibama não precisa apenas de engenheiros florestais capazes de orientar a execução de planos de manejo, mas sim de técnicos capazes de se reunir com a associação de empresários, moradores do riozinho fulano de tal, com o sindicato dos madeireiros de São Beltrano, e também numa escola, com um grupo de profissionais liberais da cidadezinha da terrinha, para explicar aos seus colegas elaboradores de planos de manejo as vantagens econômicas, legais e ecológicas da prática adequada. Para tanto, precisaremos muito mais do que reciclar 20 técnicos por ano e será necessário um esforço concentrado no sentido de criar, juntamente com as instituições afins, centros de formação de profissional, com capacidade de treinamen-

to de pessoas em número compatível com a região. A Amazônia não pode continuar à mercê da capacidade de uma ou de outra organização não-governamental, por melhor que ela seja. Está na hora de o Estado fazer o dever de casa. Isto não quer dizer que o Estado estará tomando para si toda a função. Ao contrário, estamos procurando parceiros nos Estados e continuaremos procurando, caso do nosso namoro com o INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, no Amazonas, e assim sucessivamente.

SBS - *O público quer que o seu trabalho também vise a incentivar o manejo florestal sustentável, principalmente na Amazônia.*

HC - Enquanto perdurar o paradigma de evolução baseada no plantio e na criação de animais, ficaremos todos velhos, vendo o INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) divulgar o tamanho da fatia do ano cortada na Amazônia. Não há



Hamilton Casara (esq.) e o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho.

cerca eletrificada nem fiscais suficientes que possam reverter esse quadro. Será apenas uma questão de tempo, porque na verdade o processo de colonização da região não tem sido diferente do que foi no Sul, Sudeste e Nordeste do País. Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais já foram cobertos por florestas naturais. Em termos de história do Brasil, isso ocorreu há muito pouco tempo. Nossos avós podem falar sobre isso. Hoje, a capacidade de o homem converter a floresta é muito maior, tanto em quantidade de pessoas como em número de máquinas.

Infelizmente, o manejo florestal sustentável foi estigmatizado e injustiçado. Primeiro, porque era praticado erroneamente, por não haver um pacote tecnológico disponível a ser oferecido a quem resolvesse apostar no manejo florestal sustentável. Em segundo lugar, porque todas as vezes que um programa de televisão falava sobre a devastação da Amazônia, a destruição do ambiente, a degradação, o desperdício, a irresponsabilidade etc. e tal, mostrava uma motosserra, uma árvore caindo, um caminhão toreiro... Quem

tem, hoje, a idade de 18 anos, reside num centro urbano do Sul/Sudeste do País e participa de um movimento contrário à motosserra ou à derrubada de árvore na Amazônia, independentemente do objetivo ou do método utilizado, é porque assistiu a programas ou imagens

equivocadas desde os dois ou três anos de idade.

A motosserra é como uma lâmina afiada, que pode estar na mão de um cirurgião ou de um psicopata. Pode ser para o bem ou para o mal.

MORADORES DE 18 ANOS, QUE RESIDEM EM CENTROS URBANOS DO SUL/SUDESTE DO PAÍS E PARTICIPAM DE UM MOVIMENTO CONTRÁRIO À DERRUBADA DE ÁRVORES NA AMAZÔNIA, É PORQUE ASSISTIRAM A PROGRAMAS OU IMAGENS EQUIVOCADAS DESDE OS DOIS ANOS DE IDADE

O paradoxal e irônico é que após um programa que condena a motosserra como se ela fosse um mal em si, assistimos a um "bucólico" programa de um fazendeiro, tirando leite de uma vaca, ou cavalgando num pasto tranquilo, de perder de vista, sem nos tocarmos que havia uma floresta ali antes. Que tudo foi derrubado, arrastado, queimado. Toda a

biodiversidade que lá havia, todos as aves, mamíferos, répteis que lá haviam estão mortos. Felizmente, temos visto que muitas organizações não-governamentais ambientalistas estão melhorando seus discursos.

Mas ainda falta muito para que o manejo florestal sustentável esteja no lugar que merece, como alternativa adequada e prioritária ao desenvolvimento sustentável da região. Aqui no Ibama, por exemplo, o próprio propunha para as reservas extrativistas da amazônia, como forma de desenvolvimento, a agricultura familiar e a criação de pequenos animais. Manejo florestal era uma expressão estranha. Felizmente nós já resolvemos isso.

SBS - *Diminuir a burocracia, principalmente quando se trata de plantios florestais, é outra reivindicação da enquete. Como o senhor vê esta questão?*

HC - As novas instruções normativas sobre o manejo florestal que o Ibama elaborou e encaminhou ao Ministério do Meio Ambiente reduzem em muito a burocracia relativa à área florestal. Por exemplo: O manejo florestal simplificado, voltado exclusivamente ao pequeno proprietário de floresta na Amazônia, resume-se a três folhas de papel; o plano de manejo em escala empresarial, que era um verdadeiro "tijolo", foi reduzido ao que interessa, isto é, ao que é importante e indispensável. Quanto às florestas plantadas, o problema não é a burocracia, mas a falta de regras claras. O Ibama está elaborando um modelo de projeto simplificado para plantios florestais, por meio de um

projeto-padrão.

Até o presente momento, não existe nenhum instrumento regulador, ficando a cargo de cada Estado definir o seu. Esta aparente liberdade provocou discrepâncias e, algumas vezes, exagero de exigências. Com as novas regras, a questão do plantio e da colheita se tornará simples.

SBS - Bem, outras questões levantada pela enquete diz respeito a tratar de plantios florestais, à semelhança dos plantios agrícolas.

HC - Teoricamente, este é o objetivo de todos, pois quanto mais burocracia houver, menos o produtor em potencial se sentirá estimulado a plantar florestas. Entretanto, as regras a serem estabelecidas foram elaboradas justamente para proteger o silvicultor espontâneo. Não há nada que impeça ninguém de plantar florestas. Contudo, imaginemos um silvicultor que cultive o mogno e, ao transportar suas toras, seja interpellado na estrada por um fiscal. Como é que ele vai provar que aquela madeira não foi extraída ilegalmente da floresta nativa? Além das florestas nativas, há a madeira vinculada a projetos de reposição florestal e ainda existem florestas formadas por meio dos incentivos fiscais. Por isso, que é importante o registro do plantio próprio, para assegurar tranquilidade ao seu produtor. A instrução normativa veio para solucionar essa questão.

SBS - O público quer que o presidente do Ibama passe a incentivar o fomento florestal junto às empresas.

HC - Esta é uma questão relativa

ao Programa Nacional de Florestas (PNF), que pretende fornecer diretrizes, por meio de projetos e atividades, ao setor florestal como um todo.

SBS - Outra sugestão é no sentido de usar a tecnologia de imagens de satélite para fiscalizar o manejo florestal sustentável.

HC - Os novos softwares para processamento de imagens de satélite e trabalhos relacionados às mesmas são bastante poderosos. Por exemplo — e isso já está inserido nas alterações da legislação que foram encaminhadas ao MMA —, a vistoria prévia nos projetos de manejo florestal poderá ser feita de longe, com os olhos do satélite.

NÃO É POSSÍVEL ASSISTIR A PÓS-GRADUANDOS ESCOLHEREM SEUS TEMAS DE DISSERTAÇÃO OU DE TESE COM BASE NO ORIENTADOR DISPONÍVEL OU NA SIMPATIA MAIOR OU MENOR POR DETERMINADO ASSUNTO. SE ALGUM PAÍS POSSUI DINHEIRO PARA ISSO, CERTAMENTE NÃO É O BRASIL.

O processo será muito mais ágil, barato e eficiente. Contudo, isso nada tem a ver com "fiscalizar" áreas sob manejo florestal através de imagens de satélite. Podemos ver se a área do plano foi invadida, queimada ou derrubada, mas ainda não podemos, com a tecnologia disponível atualmente, saber quanto volume foi extraído ou muito menos quais espécies

foram exploradas.

SBS - Outra expectativa é quanto a promover a descentralização da fiscalização para os órgãos estaduais.

HC - A descentralização já está prevista em lei e contempla muito mais do que a fiscalização. No entanto, entre existir na intenção, na prática há uma grande e onerosa diferença. A maioria dos órgãos estaduais de meio ambiente não dispõe de infra-estrutura material e humana para assumir as tarefas que já lhe são previstas desde a Constituição de 88. O Estado do Mato Grosso vem se desenvolvendo rapidamente nesse sentido. No entanto, é preciso esperar a consolidação do processo em curso naquele Estado. Infelizmente, é comum na região a perda de continuidade de processos, por causa de mudanças políticas.

Do nosso lado, por exemplo, temos tido muito cuidado em conhecer mais profundamente os processos em curso na instituição, de forma a não permitir que o que vem se desenvolvendo na direção certa seja interrompido, ou perca a dinâmica, independente de quem tenha iniciado o processo. Os governos estaduais devem fazer o mesmo, se quiserem ter uma política ambiental própria e consolidada. Paralelamente a isso, o Ibama tem convidado sistematicamente todas os órgãos estaduais de meio ambiente para compor nossas equipes técnicas de campo. Nossa intenção é que sistemas como o SISPROF, o SISMAD, a metodologia de vistorias de campo e através de imagens de satélite sejam repassadas aos poucos para os órgãos esta-

duais, por meio de seus próprios técnicos. Dessa forma, tornamos a integração uma realidade harmonicamente construída, estreitamos nosso relacionamento e criamos as condições adequadas ao repasse de obrigações e tecnologias.



O novo presidente do Ibama (centro) viaja para conhecer de perto os problemas do campo.

SBS - Finalmente, o público espera que o

senhor incentive pesquisa e desenvolvimento junto aos institutos de pesquisas governamentais e privados.

HC - O Ibama não possui recursos orçamentários para apoiar financeiramente a pesquisa nas instituições especializadas. Por outro lado, existe a necessidade de uma discussão profunda, principalmente no que se refere às prioridades de pesquisa científica e tecnológica da região. Nesse aspecto, o Ibama tem obrigação e conhecimento para contribuir. Nenhuma instituição governamental ou não-governamental está tão bem distribuída ou possui tantas frentes de atuação como o Ibama. Graças a essa característica, o instituto tem muito a fazer no sentido de organizar a demanda observada na floresta e promover a discussão com as instituições de pesquisa. Existem muitas "amazônias", situações sociais e econômicas distintíssimas entre si.

Não é possível um país como o Brasil assistir a pós-graduandos escolherem seus temas de dissertação ou de tese com base no orientador disponível ou na simpatia maior ou menor por determinado assunto ou,

pior ainda, na pressa, em função de calendários escolares. Se algum país possui dinheiro para isso, certamente não é o Brasil. No entanto, interferir na administração de uma instituição autônoma ou na filosofia de um determinado pesquisador que acredita conhecer as prioridades regionais é uma coisa delicada. Mesmo porque o Ibama não poderá custear as pesquisas que demandar. Nesse sentido, estamos preparando um ciclo de debates em toda a região amazônica. Serão 30 cidades consideradas estratégicas visitadas. Ainda este ano, esperamos obter elementos concretos para o avanço desta questão.

SBS - Qual é a principal preocupação do Ibama, atualmente?

HC - O Ibama é fruto da junção de quatro órgãos distintos, cada um deles com uma história e identidade específicas. A junção provocou uma disputa de espaço entre essas identidades, que foram uma ou outra favorecida pela pressão externa ou maior ou menor simpatia dos presidentes anteriores por uma ou outra área. Como consequência, surgiram discrepâncias e muitas vezes a insti-

tuição agiu de forma esquizofrênica. A distorção entre os valores e orçamentos entre as áreas técnicas e de fiscalização é um exemplo. O isolamento da área jurídica é outro. Consideramos que o momento é oportuno para a instituição assumir uma personalidade única e harmônica.

A busca por essa personalidade, por meio da integração das suas diferen-

tes facetas, será a prioridade básica para o desenvolvimento do Ibama como um todo. Outra grande preocupação, no momento, é a de estar mais presente no campo, próximo aos seus clientes, com vistas a orientar, educar e esclarecer o que o novo Ibama pretende. Com isso, esperamos reverter a imagem deste instituto, de fiscalizador e repressor, sem contudo deixar de reprimir ações nocivas que possam lesar o meio ambiente.

SBS - Quais foram as suas primeiras providências como presidente do Ibama?

HC - Organizar internamente a casa para unificar e fortalecer procedimentos e ações a serem desenvolvidas, tanto interna quanto externamente; concluir a reforma orgânica institucional; realizar o concurso público já previsto, para renovar e aumentar o efetivo de servidores, hoje já defasado; promover maior integração com os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente; descentralizar ao máximo as atividades de gerenciamento com a criação de Unidades Técnicas Multifuncionais.

Faz parte das primeiras ações promover uma reciclagem dos servidores em todos os níveis, para melhor atendimentos dos nossos público alvo; desenvolver a auto-suficiência financeira, otimizando os recursos em função das atividades que deverão ser desenvolvidas; difundir o manejo florestal comunitário; desenvolver o projeto da Residência Florestal; consolidar o SISPROF e demais sistemas que forem considerados prioritários; e implantar/consolidar os centros de treinamento nos estados, envolvendo universidades e instituições de pesquisa - começando pelo Pará (FFT e CPATU) e pelo Acre (FUNTAC).

SBS - *Como promover um salto de atividade do setor florestal, a exemplo do que ocorreu à época dos incentivos fiscais governamentais (realizados há mais de 20 anos)?*

HC - Algumas das formas é articular junto aos órgãos federais e estaduais de fomento, bem como, junto às instituições financeiras, linhas específicas para o manejo florestal; sensibilizar o Sistema "S" (SEBRAE, SENAI, SENAR etc.) para o desenvolvimento e dar prioridade à área florestal nas suas atividades e planejamento; promover a estabilidade legal, com o apoio de uma legislação consistente para o setor, passível apenas de ajustes, quando necessários. Desse modo, pretendemos que o setor faça investimentos de longo prazo; estabelecer instrumentos legais claros e objetivos par o setor florestal, procurando trazê-lo para a legalidade; e desenvolver ações conjuntas com o setor florestal, de forma a estreitar o relacionamento com o mesmo.

SBS - *Nos Estados onde inexistente legislação sobre florestas, qual tem sido a atuação do Ibama? E nos estados onde há determinada legislação sobre florestas, qual tem sido a atuação do órgão?*

HC - Cada vez mais, o Ibama tem procurado trabalhar com os estados visando cumprir o seu papel de executor da política florestal do País. Nos estados que já apresentam legislação própria, temos atuado conjuntamente, muitas vezes repassando as atribuições, de acordo com a lei, por meio de convênios. Em estados que não possuem legislação própria, os trabalhos vêm sendo desenvolvidos no sentido de publicar Ordens de Serviços e Instruções Normativas de acordo com as particularidades locais. Contudo, de um modo geral, os estados não possuem legislação florestal própria.

Existem algumas particularidades. Por exemplo, no Amazonas ainda exige o EIA/RIMA para os Planos de Manejo, embora o governo federal, por meio do Decreto 2788, de 98, tenha extinguido a Região - em razão das técnicas de exploração e monitoramento da floresta serem extremamente mais eficazes do que as proposições dos EIA/RIMA. Outro exemplo é o do Pará, que foi o primeiro a resolver a questão do domínio da terra para o manejo florestal. Nesse caso, as novas instruções normativas já estendem a proposta daquele Estado para toda a Amazônia. Podemos citar também o Estado do Acre, que desenvolveu, via FUNTAC, um importante exemplo de integração entre o Estado e o setor florestal, fazendo acordos, promovendo

o treinamento e orientando a elaboração de planos de manejo. O Ibama vê com muito bons olhos essas iniciativas e tem dado todo o apoio legal possível.

SBS - *Que instrumentos o Ibama pretende implementar para desenvolver a atividade de produção de madeira a partir de florestas plantadas?*

HC - O Ibama pretende implementar um grande programa de silvicultura que ira contemplar um Projeto de Fomento e Produção Florestal, onde será prioritária a recuperação de áreas degradadas para instalação de grandes maciços florestais. No entanto, cabe esclarecer que, no caso da Amazônia, é um equívoco pensar que aumentar a produção de madeira através de florestas plantadas contribuirá para a preservação das florestas naturais. Menos de 10% das florestas amazônicas estão em unidades de conservação. As áreas de floresta em propriedades privadas somente serão conservadas se promoverem rendimentos econômicos. Daí a importância da difusão cada vez maior do manejo florestal com bases sustentáveis. Isto não quer dizer que as florestas plantadas não tenham a sua função para determinadas empresas verticalizadas, contudo, de forma nenhuma elas serão prioritárias na minha gestão.

SBS - *Que tipo de trabalho o Ibama está realizando junto às universidades e instituições de pesquisa no sentido de desenvolver as disciplinas que dizem diretamente respeito à produção florestal e como promover um maior intercâmbio entre o*



Fomento e produção florestal serão tópicos muito enfatizados na atual gestão.

Ibama e as universidades no sentido de formação de profissionais para o segmento?

HC - Estamos buscando contato com as universidades, na intenção de estabelecermos maior integração com as mesmas. Com essa aproximação, procuraremos discutir as carências que estamos verificando nos profissionais de campo. O que temos verificado é que muitos profissionais da área necessitam de um aprendizado mais voltado à prática, razão pela qual estamos dando um grande passo para a formação dos engenheiros florestais do País. Desde 1999, o Ibama vem contratando, por prazo limitado, engenheiros florestais recém-formados, egressos das universidades de todo o Brasil, para comporem as equipes de vistoria em Planos de Manejo Florestal na Amazônia. As equipes são compostas de três técnicos: um do Ibama, um do Oema e um recém-formado. A idéia inicial foi de contribuir para a dinâmica e transparência do processo de vistorias, além de ampliar a integração entre o Ibama e as Oema's. O método surtiu efeitos inesperados. De um lado, os recém-formados contribuem com os nossos técnicos com os conhecimen-

tos de informática, desprendimento e a vontade de produzir que lhes são características. De outro, ele acaba fazendo um curso intensivo sobre a realidade amazônica. Mais proveitoso ainda porque conta com a experiência do nosso técnico. No primeiro ano, experimentalmente, contratamos numa primeira fase dez técnicos para as vistorias do Estado de Mato Grosso.

O IBAMA PRETENDE IMPLEMENTAR UM GRANDE PROGRAMA DE SILVICULTURA, QUE CONTEMPLARÁ UM PROJETO DE FOMENTO E PRODUÇÃO FLORESTAL, ONDE SERÁ PRIORITÁRIA A RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS PARA INSTALAÇÃO DE GRANDES MACIÇOS FLORESTAIS.

Para nossa surpresa, todos os técnicos foram contratados no fim do processo, a não ser os que recusaram emprego por terem planos de pós-graduação. Foi um sucesso absoluto. No ano passado, contratamos 53 técnicos e este ano contrataremos mais de 60. Esse processo nos ins-

pirou a desenvolver a idéia da Residência Florestal. Uma espécie de estágio obrigatório a serviço do País, que todo profissional da área um dia deverá realizar. Para tanto, estamos pensando em iniciar o processo de discussão com as universidades e o Ministério da Educação.

SBS - *Em diferentes setores existe a figura das agências nacionais. O senhor acha que este necessita de uma agência para cuidar de seus interesses específicos?*

HC - Sem dúvida. As florestas brasileiras no Norte apresentam enorme potencial e vem sendo subutilizadas ou destruídas sistematicamente. É lamentável porque se trata de riquezas que mal podemos mensurar. Estou falando muito além da madeira, que por si só já justificaria a conservação das florestas amazônicas. Falo das plantas medicinais, das sementes, das gomas, das essências aromáticas, das resinas, dos compostos orgânicos, dos alcalóides, dos meso e microorganismos da flora. Da água e da terra. Falo da biodiversidade a serviço do desenvolvimento do Brasil e da sociedade como um todo. Uma tarefa descomunal como essa, que tem a ver com pesquisa científica e tecnológica, fomento, difusão de informação, mercado, marketing, formação e treinamento, além de programas completos de desenvolvimento, é tarefa para uma agência, se não um ministério próprio. E não podemos esquecer do enorme potencial silvicultural do País fora da Amazônia, bem como o grau de excelência de várias empresas brasileiras do setor. Sem dúvida, é as-

sunto para uma Agência Nacional de Florestas.

SBS - O Ibama pretende realizar ou reforçar ações específicas de fiscalização no segmento florestal?

HC - Já vimos desenvolvendo metodologias de controle e informação nesse sentido, as quais eu considero que merecem ser dinamizadas. Há uma parte específica sobre o assunto no site do Ibama que, entre outros objetivos, procura apoiar e estreitar o laço com o setor. No que se refere ao método de vistorias, já iremos para a terceira edição do manual de vistorias, segunda versão em CD, que este ano incluirá os verificadores de qualidade a serem publicados em breve sob a forma de instruções normativas específicas para o setor. Todos os PMFS vistoriados no ano passado foram georreferenciados e, por meio de uma integração entre o Deref e o CSR, iremos controlar as áreas sob manejo, com utilização de imagens de satélite e de softwares de ponta como o ArcView e o Image Analysis. Paralelamente a isso, iremos concluir de vez o SISPROF, um poderoso sistema de armazenagem e processamento de dados florestais, que permitirá a obtenção de qualquer informação a cerca do recurso florestal em tempo real. No que se refere à fiscalização de desmatamento e queimadas ilegais, estão sendo utilizadas ferramentas como os sistemas georreferenciais, que utilizam imagens de satélite tratadas para emissão de mapas detalhados no nível das propriedades. Dessa forma, tem-se ampliado considera-

velmente o poder de fiscalização.

SBS - Quais os desafios para consolidar o manejo florestal?

HC - Há dois desafios principais a serem vencidos: o primeiro é a falta de informação. É mister a difusão dos conhecimentos existentes, através de cursos, debates, seminários e outros mecanismos de informação e formação de pessoal especializado. Necessários à viabilidade econômica e ecológica da atividade, tais conhecimentos ainda são restritos há poucos em-



O presidente do Ibama posa ao lado da força-tarefa especializada em operações na selva.

presários e técnicos do setor florestal. Muitos praticam a atividade de forma arcaica simplesmente porque desconhecem por completo as técnicas atualmente recomendadas. O segundo desafio diz respeito à falta de mecanismos de financiamento adequados à atividade florestal. O Pró-Manejo e o PD/A, ambos subprogramas do PPG-7, além do FNMA, que recentemente publicou um edital específico para o manejo florestal, são muito pouco em relação às necessidades da Amazônia.

É verdade que não houve deman-

da para os quase R\$ 2 milhões colocados à disposição pelo FNMA. Contudo, temos a certeza que o problema maior foi a divulgação do Edital. Nós no Ibama temos recebido solicitações constantes por parte de organizações não governamentais, a cerca do manejo florestal comunitário. O próprio CNPT está organizando a implantação do manejo florestal simplificado e comunitário, em parceria com o Deref, o qual deverá atingir diretamente 1880 produtores. Apesar disso, se somarmos os recursos envolvidos em todas essas iniciativas, ob-

teremos um valor absolutamente irrisório em relação ao que seria considerado adequado para a região.

SBS - O que deve ser feito para reduzir as taxas de desmatamento e, ao mesmo tempo, promover o material lenhoso para as madeireiras?

HC - Difundir o manejo florestal. Conta da prática do manejo, é possível extrair madeira indefinidamente de uma mesma área. Ecologicamente isso é muito interessante. Se eu retiro da floresta árvores em quanti-

dade suficiente para viabilizar o meu empreendimento, respeitando a capacidade da floresta se regenerar, poderei tirar sempre. Cada metro cúbico de madeira espalhado pelo Brasil e pelo mundo comporta uma quantidade enorme de carbono, que fica fixado no objeto de madeira, isto é, não vai para a atmosfera, como acontece com o carbono da madeira que é queimada.

SBS - Qual a importância da recomposição das matas ciliares?

HC - A água é um recurso estratégico para este milênio. As matas ciliares são fundamentais para a preservação dos cursos d'água e para o ciclo da água no meio ambiente. A falta da mata ciliar e da vegetação em geral provoca o assoreamento dos leitos dos corpos d'água, enchentes e posteriormente seca porque a vegetação armazena a água, liberando-a gradativamente ao meio. Grande parte da água da chuva, inclusive, é refletida diretamente do dossel da floresta para a atmosfera, posteriormente precipitando novamente. Esse processo inclusive faz parte do ciclo da energia. A energia do sol que é consumida na evapotranspiração deixa de aquecer o ambiente, tornando a temperatura mais adequada à vida. Quando não há vegetação a água entra diretamente no solo ou escorre pela sua superfície, provocando assoreamento e enchentes. Há muitas áreas onde a vegetação ciliar foi removida e precisa ser recomposta. Nesses casos a vegetação a ser reintroduzida deverá apresentar uma estrutura o mais semelhante possível à originalmente encontrada.

SBS - O que o Ibama está fazendo



Himilton Casara visita um viveiro de mudas.

do visando à implementação das florestas nacionais como fontes de matéria-prima?

HC - Está em processo avançado de discussão o sistema de concessão de uso de florestas nacionais. Este é um procedimento conhecido internacionalmente. No Canadá, por exemplo, um país modelo na área florestal, 70% das florestas são do Estado e cedidas a empresários e cooperativas de produtores florestais para usufruto. No caso brasileiro, a Floresta Nacional do Tapajós foi o primeiro grande passo nesse sentido. No ano passado houve um seminário, promovido pelo Ministério do Meio Ambiente, para discussão do que seria adequado em termos de regras para a concessão de florestas públicas.

Este assunto é delicado porque pode ser erroneamente confundido com contratos de risco ou perda de soberania. Trata-se de um avanço a ser atingido, principalmente porque o Estado passa a ter o controle, sem

precisar assumir o papel da iniciativa privada, ao mesmo tempo em que reduz a necessidade de concentração fundiária. O Ibama está fazendo um esforço conjunto, junto a outros órgãos do governo federal — tais como Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Banco do Brasil e INSS — para criação de novas Flonas. Já estão na presidência da república projetos para a criação de várias florestas nacionais.

SBS - Por que não existe uma linha de crédito específica para o setor, como ocorre com a atividade agropecuária de um modo geral? O Ibama está trabalhando nesse sentido?

HC - Acredito que ainda não existam tais mecanismos em função da pouca desenvoltura do setor. Ele ainda carece de se consolidar enquanto atividade sustentável e economicamente recomendável para a região. Como eu já disse, apenas recentemente se tornou possível apresentar

um pacote tecnológico completo para a atividade. Se de um lado, ela precisa esclarecer aos conservacionistas desinformados, sobre as diferenças entre o manejo florestal e a exploração predatória da floresta, por outro, precisa mostrar aos órgãos de fomento do governo quanto à sua viabilidade econômica. Este é um assunto fundamental que diz respeito principalmente ao Programa Nacional de Florestas, do Ministério do Meio Ambiente. Contudo, outros ministérios devem ser sensibilizados para a questão, como os da Indústria e Comércio e Planejamento.

SBS - *O senhor teria uma mensagem para o setor?*

HC - O manejo florestal chegou ao Brasil na década de 60, juntamente com as primeiras escolas de flores-

ta. O Brasil é um país novo e muito se cobrou e se cobra com relação a sua responsabilidade pelo seu enorme patrimônio florestal. As instituições de pesquisa e o Ibama não ficaram parados nesses anos, apesar da incredulidade, das dimensões regionais e da propaganda equivocada acerca do manejo florestal. Para se ter uma idéia, o IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), que compôs o Ibama, foi o primeiro a testar e utilizar o inventário florestal de 100% dos indivíduos, divulgado em livro pela Sudam. Na época, chamou-se de inventário logístico. Hoje, graças aos avanços na capacidade de armazenamento, processamento e troca de informações, aliados ao acúmulo de informações tecnológicas, botânicas e ecológica das espécies, que nunca deixaram de ser

desenvolvidas, podemos afirmar com segurança que a opção pela floresta em pé crescerá cada vez mais. Cabe ao setor empresarial se conscientizar e não encarar a floresta como algo a ser utilizado para subsidiar a sua própria conversão. O Ibama está fazendo o seu dever de casa e espera que a maioria dos empresários siga o exemplo dos que agora ainda são poucos, que optaram definitivamente pela floresta. Na Amazônia, essa opção não tem sido somente dos empresários. Comunidades organizadas de colonos, seringueiros, ribeirinhos interessadas pela opção florestal estão surgindo dos mais escondidos recantos amazônicos. Quando tudo isso se tornar realidade, não serão mais necessárias ações de repressão, porque o homem jamais destrói o que lhe é caro.



Uma solução completa em informação setorial

ADQUIRA NA SBS O LIVRO A CULTURA DO EUCALIPTO NO BRASIL, UMA OBRA DE FÔLEGO SOBRE O GÊNERO, ABRANGENDO DIVERSOS TEMAS: A ORIGEM DO EUCALIPTO; SEU STATUS NO BRASIL; O EUCALIPTO COMO FONTE DE MATÉRIA-PRIMA; POLÊMICAS SOBRE A CULTURA; CONSIDERAÇÕES SOBRE PLANTAÇÕES NO BRASIL, E O EUCALIPTO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

Para mais informações:

Fone (11) 3719-1771 - Fax (11) 3741-4941

Começa o jogo

A TENDÊNCIA DE FUSÕES E AQUISIÇÕES DO SETOR FLORESTAL CHEGA AO PAÍS, MAS AINDA DE FORMA TÍMIDA, COM A VENDA DE ALGUMAS UNIDADES E JOINT-VENTURES EM SEGMENTOS ESPECÍFICOS.

A abertura comercial, no começo dos anos 90, contribuiu para acelerar o processo de transformações que continua ocorrendo em ritmo acelerado em todo o mundo. No Brasil, as empresas tiveram de se adequar aos novos tempos, tornarem-se competitivas, buscar ganhos de eficiência e reduzir custos, afinal, a economia nacional sofreu os reveses das crises internas e mundiais.

Neste contexto, enquanto passava por momentos difíceis, marcado por muito trabalho e sacrifícios, o setor de papel e celulose nacional assistiu, de longe, a uma série de fusões e aquisições, especialmente na Europa e nos Estados Unidos. Era preciso ganhar a queda-de-braço para concorrer em um mercado extremamente competitivo e com pre-

ços em queda. No âmbito internacional, houve perda de muito capital ao longo dos últimos anos, resultado de estratégias equivocadas de investimento e de erros de gerenciamento, segundo fontes do setor.

No Brasil, porém, não houve nenhuma fusão ou aquisição de grandes proporções nesse setor. O que ocorreu, segundo o diretor-executivo da Suzano, Ademar Magon, foi a negociação de unidades e joint-ventures em segmentos específicos, como a da Bracraft, que produzia papéis sanitários, e a venda da Igaras. “A aquisição da Champion, pela International Paper, em 2000, acabou por influenciar, ainda que de forma indireta, esse processo no Brasil”.

A própria Suzano protagonizou recentemente uma negociação específica: a empresa que acabou de concretizar uma transação com a Companhia Vale do Rio Doce, tornando-se proprietária da Bahia Sul, pagando o valor de US\$ 320 milhões, sendo US\$ 317,6 milhões “cash” e o restante na forma de dividendos remanescentes do ano 2000, que serão pagos pela própria empresa. Segundo Magon, a Suzano continua estudando possibilidades de novas operações que tragam retorno para os acionistas. Tanto é que disputou, juntamente com a Aracruz, VCP e a fin-

landesa UPM, do processo de habilitação ao leilão da Cenibra, outra empresa que compõe os ativos que estão sendo oferecidos pela Vale do Rio Doce no processo de alienação dos segmentos de papel e celulose.

Em leilão promovido no início de junho, no Rio de Janeiro, a Aracruz Celulose e a Votorantim Celulose e Papel (VCP), por intermédio da Sociedade de Propósito Específico (SPE) por elas constituída, apresentaram oferta de US\$ 670,5 milhões, que foi declarada vencedora para a aquisição do controle compartilhado (51.48% do capital total) da Cenibra. A Aracruz e a VCP resolveram unir-se para participar do leilão da Cenibra, dada a qualidade e importância estratégica do ativo para ambas as empresas.

Recentemente, a Companhia Vale do Rio Doce tem dado mostras de que pode desistir de vender a Celmar (Celulose do Maranhão) e retomar o seu projeto, que prevê a inauguração de uma fábrica com capacidade de produzir 750 mil toneladas anuais de celulose branqueada de eucalipto. A Florestas Rio Doce (FRDSA), que em 2000 apresentou o melhor resultado da década, com uma receita líquida de R\$ 20 milhões, por outro lado, poderá ser leiloada em meados de julho. As mais cotadas para aquisi-


ção são a Aracruz/VCP e a Suzano.

TRANSFORMAÇÕES

Magon acredita que a estrutura acionária das empresas nacionais dificulte um pouco o processo de fusões e aquisições e acha que o conceito deve ser melhor analisado. "Não basta apenas fundir duas estruturas, complementares ou não, é preciso avaliar se o retorno dos investimentos realizados a partir do correto gerenciamento futuro agregará valor ao negócio", argumenta. Porém, ele afirma que as empresas vêm fazendo seu dever de casa, anunciando novos investimentos, cortando custos e despesas, instalando novos sistemas de gestão e repensando processos, com ganhos de eficiência. "É inequívoco que assistiremos a uma série de transformações nas companhias nos próximos anos. Contudo, é insensato querer extrair resultados cada vez melhores se não há mudanças nos processos".

Outro entrave, na sua opinião, é a limitação do mercado brasileiro. "No país, de uma forma geral, comparando-se com as gigantes mundiais, as empresas ainda possuem dimensões discretas para capturar sinergias muito significativas", ressalta, acrescentando que, normalmente, o processo decorre mais por motivo de sobrevivência econômica de uma das partes do que por estratégias conjuntas de ganho de mercado, escala para competir internacionalmente, verticalização ou benefícios da expansão geográfica.

"Por isso, em momentos de recuperação de preços, as empresas começam a se preocupar menos com o aspecto de fusões", justifica, dando conta de que o consumo aparente de papéis é ainda muito baixo no Brasil, razão pela qual qualquer tentativa de crescimento de capacidade deve

ocorrer pelo lado da exportação. "Tal movimento, contudo, implica competir com empresas gigantescas que, num eventual ciclo de baixa de preços, vendem produtos a custo marginal e com financiamentos atrativos já que operam com custo financeiro muito menor do que o brasileiro", divulga. 

O negócio Bahia Sul

Considerado o maior projeto de celulose e papel "greenfield" no Brasil dos últimos 20 anos, a Bahia Sul foi concebida em 1987 pelo ex-presidente Max Feffer, falecido em abril deste ano, e conduzida pela Suzano com recursos de US\$ 1,5 bilhão de dólares. "As obras civis começaram em meados de 1989, numa época muito conturbada no Brasil, pois durante a construção da empresa assistimos a uma série de planos econômicos, visando reduzir a inflação no Brasil", conta Magon. Segundo ele, até o "seqüestro" de Cruzados ocorreu durante a fase de construção.

Todo o know-how e tecnologia detidos pela Suzano em desenvolvimento Florestal e Industrial foram colocados à disposição dos técnicos da Bahia Sul. "Parte do contingente de pessoal é oriundo da Suzano, portanto, a companhia é parte da nossa história. Nós conhecemos todos os processos e tudo de excepcional que lá existe. Nada mais natural que tivéssemos todo o interesse em adquirir os 50% restantes do controle da empresa, que reputamos como uma das melhores do setor de celulose e papel do mundo, em termos de tecnologia de processos e custos de produção", justifica Magon.

Na sua opinião, essa aquisição veio alargar as fronteiras geográficas de atuação da Suzano, uma vez que a Bahia Sul Celulose já foi preparada para ser uma empresa com uma capacidade duplicada, dispondo, desde o início, de infra-estrutura e diversos investimentos dimensionados para alcançar produções maiores. "Tanto a flexibilidade operacional, como a capacidade de expansão da Suzano, ficou significativamente maior com essa aquisição", avalia, acrescentando que a compra da companhia representa a garantia de que o grupo Suzano dispõe de todas as condições para consolidar-se como um dos mais importantes do setor, no Brasil.

De acordo com Magon, atualmente, a Bahia Sul Celulose desfruta de excelente condição, principalmente após a desvalorização e o aumento de preços de celulose ocorrido no início de 1999. É uma empresa com capacidade de produção de cerca de 575 mil toneladas de celulose, sendo 390 mil toneladas desse produto de mercado e 215 mil toneladas de produção de papéis para imprimir e escrever, numa única máquina.

Durante o ano de 2000, a companhia vendeu 578 mil toneladas de produtos, sendo 211 mil toneladas de papéis e 367 mil toneladas de celulose. A receita líquida de vendas foi de R\$ 734 milhões e a geração de caixa, medida pelo critério EBITDA, foi de R\$ 434 milhões. A empresa encerrou o ano de 2000 com uma dívida líquida de R\$ 773 milhões, e uma relação dívida líquida/geração de caixa de apenas 1,8. "O que significa dizer que a dívida se paga totalmente com geração de caixa de cerca de 22 meses", explica Magon, informando que o patrimônio líquido da Bahia Sul era de R\$ 1.406 milhões em dezembro do ano passado e o lucro líquido foi de R\$ 215 milhões.

Reconhecimento Mútuo

É PRECISO ENCONTRAR UM PONTO DE EQUILÍBRIO ENTRE OS DIVERSOS SISTEMAS DE CERTIFICAÇÃO DE FORMA A QUE SE COMPAREM E SE RECONHEÇAM EVENTUALMENTE COMO MUTUAMENTE EQUIVALENTES.

A certificação florestal, no mundo, é considerada relativamente recente, mas vem conquistando espaço como importante ferramenta no comércio de produtos florestais e a tendência é ganhar um destaque cada vez maior à medida que mais e mais matas são certificadas. Basicamente, ela atende a uma exigência dos consumidores, que querem saber se os produtos que estão comprando não estão causando a destruição das matas. “Apesar de não garantir por si só o

fim dessa destruição, a certificação contribui bastante para esta meta”, afirma o gerente de Meio Ambiente da Aracruz Celulose, Carlos Alberto Roxo, que acumula as funções de coordenador da Task Force de Certificação da Bracelpa e de co-Chairman do Grupo de Trabalho (GT) sobre Reconhecimento Mútuo (RC) do International Forest Industry Roundtable (Ifir).

O Ifir – fórum informal que reúne empresas e associações florestais da indústria de 12 países – criou em 1999 um grupo de trabalho para elaborar uma proposta de reconhecimento mútuo de sistemas de certificação florestal. Segundo o representante desse órgão, o GT definiu Reconhecimento Mútuo como “arranjos recíprocos e não-discriminatórios segundo os quais um sistema deve reconhecer outros sistemas como mutuamente equivalentes em termos de propósitos, resultados e processos para os elementos críticos identificados”.

A proposta do GT do Ifir compõe-se dos seguintes itens:

- Um conjunto de critérios e indica-



dores que caracterizem os sistemas de certificação com credibilidade.

- Um questionário para medir a conformidade a esses critérios e indicadores.
- Terminologia.
- Modelo de gestão da rede de sistemas de certificação.

O GT definiu nove critérios e 54 indicadores para processos de certificação, além de dois indicado-

res para cadeia de custódia. Eles não se referem ao manejo florestal propriamente dito, cujos padrões são determinados dentro de cada processo, observando condições sociais, ambientais e econômicas dos vários tipos de florestas e país. “Eles buscam definir condições e procedimentos que assegurem processos transparentes, com participação ampla e equilibrada, cientificamente embasados, tecnicamente consistentes, não-discriminatórios, verificados por auditores independentes e qualificados e em conformidade com os princípios de sustentabilidade florestal vigentes nas várias regiões do planeta”, ressalta Roxo.

CREDIBILIDADE

De acordo com ele, nesses processos, a única moeda de troca é a credibilidade. Os critérios e indicadores desenvolvidos têm o propósito de assegurar um bom nível de qualidade a todos os sistemas. “Os que se apresentarem menos rígidos ferem essa credibilidade e não poderão participar em um primeiro momento. Mas devem ser apoiados e incentivados a evoluir, de forma que possam se integrar o mais rapidamente possível à rede. O importante é que passarão a existir referências para tal, o que facilitará muito o trabalho”, esclarece.

Segundo o diretor de Certificação da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Frederico Cabral, quando se realizam acordos de reconhecimentos mútuos, o objetivo é fazer com que as certificações emiti-

das no Brasil sejam aceitas pelos outros países-membros do grupo. “Desta forma, facilita a troca de mercadorias, reduzindo avaliações múltiplas e, conseqüentemente, os custos da certificação. Daí a importância de reconhecimento das certificações no País”, pondera.

Cabral explica que este reconhecimento se dá com base na confiança, respaldada na utilização de normas e procedimentos iguais, adotados por ambos organismos/países, a exemplo do que ocorreu recentemente no Brasil com relação as certificações ISO 9000. O Inmetro, credenciador do Sistema Brasileiro de Certificação (SBC), foi reconhecido no Fórum Internacional de Credenciadores (IAF), do qual participam 20 países. Isso significa que as certificações ISO 9000 feitas no Brasil (com a mesma norma internacional ISO) são realizadas por organismos de certificação credenciados pelo Inmetro (utilizando a mesma referência ISO GUIA 62), no qual o credenciador (Inmetro) atua sobre as mesmas regras internacionais que os outros (ISO GUIA 61). “Existe um sistema que oferece a confiança necessária para acordo internacional”, ressalta. A ABNT, além de ser credenciada pelo Inmetro, participando do acordo multilateral do IAF, também tem acordos de reconhecimento bilaterais com outros organismos de certificação na Europa.

Com relação à certificação florestal, por suas peculiaridades e velocidade do desenvolvimento, Cabral explica que o processo de reconhe-

cimento mútuo se fará com base em uma prática similar à citada anteriormente. Entretanto, ele destaca alguns pontos.

- Não haverá normas mundiais, como no caso ISO 9000, pelas próprias diversidades dos ecossistemas e práticas silviculturais relativas as espécies locais;
- O processo de reconhecimento mundial que se está delineando não é baseado em padrões iguais, mas em princípios e processos similares. Daí a importância da estrutura que esta sendo desenvolvida no Brasil com o Sistema de Normalização e de Credenciamento em sintonia com as práticas aceitas internacionalmente.

“A similaridade das estruturas e práticas é que fortalecerá a confiança para o reconhecimento”, avalia Cabral, explicando que, por isso, a ABNT orientou o Certificado de Reconhecimento de Origem de Matéria-Prima Florestal (Cerflor, cuja adesão é voluntária) para um processo de normalização formal dentro do Fórum Nacional da Normalização (ABNT), pois o processo atende ao Código de Boas Práticas para Normalização da OMC (Organização Mundial do Comércio), facilitando a sua aceitação internacional e possível inserção em fórum como o da ISO (Organização Internacional para Normalização).

COMISSÃO

O processo de normalização teve

início com a criação de uma Comissão Especial de Estudos Temporária (Ceet), no dia 29 de março, da qual participam todos os interessados (produtores, institutos de pesquisa, consumidores, órgão de governo e ONGs ambientalistas). “Ela está trabalhando em ritmo acelerado e o documento básico em discussão foi elaborado pelo Comitê Técnico de Certificação da ABNT e segue estreita sintonia com as normas utilizadas por outros países, incluindo assim mais um ponto de concorrência para o reconhecimento”, divulga Cabral.

Para definição das Regras de Credenciamento de Organismos de Certificação Florestal, que serão operacionalizadas pelo Inmetro, foi criada, no dia 18 de abril, uma Subcomissão Técnica Florestal no Comitê Brasileiro de Certificação (CBC), órgão assessor do Conmetro, com a participação dos setores interessados. “Concluída a elaboração de norma e Regras para Credenciamento, o Sistema Brasileiro de Certificação terá todas os ingredientes que conferem confiança, facilitando o seu reconhecimento”, avalia o representante da ABNT. No entanto, ele afirma que isso não será automático: “Uma série de negociações e ajustes deverão ocorrer para o efetivo reconhecimento do sistema.”

Em termos de definição de normas, ele diz que poderíamos dizer que o Brasil está na metade do processo e, no caso dos critérios de credenciamento, a fase é inicial, uma vez que a subcomissão que tratar do

assunto acaba de ser instituída. “Para o Brasil, será um grande avanço e oportunidade de negócios tanto internos como externos”, vislumbra. No primeiro caso, ele diz que os certificados poderão ser aceitos pelo governo para incentivos à melhoria do setor de base florestal, com os produtores certificados, demonstrando sua efetiva responsabilidade sobre o manejo. “No âmbito internacional, facilitaria a aceitação dos produtos nacionais em mercados estrangeiros e, até mesmo, poderia ser adotado como modelo no Mercosul”, explica.

Para Frederico Cabral, o grande desafio é contra o tempo, pois os outros sistemas avançam rápidos e o modelo brasileiro precisa estar funcionando para que haja o reconhecimento. “Porém, temos uma vantagem: as propostas de referências básicas de modelos para reconhecimento também são muito novas e estão em fase de consolidação, portanto, temos muito caminho ainda a percorrer”, comenta.

“Podemos acrescentar ainda que a madeira certificada deverá demonstrar e garantir a rastreabilidade da origem (Floresta Certificada), e para isso um documento complementar será elaborado para a avaliação da cadeia de custódia”, afirma Cabral. De acordo com ele, no Brasil, várias empresas aderiram à certificação florestal para atender clientes específicos. “No governo, existe uma política para exportações e fortalecimento da competitividade das empresas nacionais, como no caso dos Fóruns de Competitividade de Cadeias Produti-

vas, coordenada pelo MDIC e, conseqüentemente, há orientação para ações de reconhecimento como o já citado acordo do Inmetro com o IAF”, comenta.

REDE

Quanto à gestão proposta para a rede, Carlos Alberto Roxo, da Ara-cruz, explica que existem ainda algumas alternativas em discussão, mas o modelo básico prevê o seguinte:

- Conselho, havendo duas alternativas para a sua composição: representantes apenas das diversas partes interessadas; e representantes apenas dos sistemas de certificação (tendo-se como condição que as partes interessadas já estejam participando destes sistemas). Naturalmente, esta é uma proposta inicial, e modelos combinando as duas alternativas poderão ser desenvolvidos. O mais importante é o conceito de equilíbrio entre os diversos setores proprietários florestais independentes, empresas de produtos florestais, comércio, ONGs, etc. A rede não pode ter grupos dominantes, precisa manter os diversos atores em equilíbrio, ou terá sua credibilidade fatalmente prejudicada.
- Diretoria, escolhida pelo Conselho, com a mesmo equilíbrio de composição.
- Secretaria Executiva, responsável pela gestão administrativa.
- Grupo de Garantia de Qualidade,

constituído por entidades independentes de alta reputação, escolhidas por consenso, com a missão de assegurar a qualidade e equivalência dos sistemas candidatos a participarem da rede, e a velar para que esses atributos sejam mantidos ao longo do tempo. É esse grupo, portanto, independentemente dos sistemas participantes, que deverá assegurar a boa qualidade e credibilidade da rede.

Na visão de Roxo, o Ifir deve servir de agente catalisador para a formação da Rede de Reconhecimento Mútuo Internacional, fazendo a proposta e mobilizando os diversos setores para a sua discussão e implementação. “A indústria não tem o propósito e não pode liderar a rede, pois sabe que isso prejudicaria toda a credibilidade do sistema. A rede não pode ter donos, sejam estes a indústria, ONGs, o comércio ou qualquer dos demais atores relevantes no processo”, posiciona-se.

VANTAGENS

A existência de uma rede de reconhecimento mútuo de sistemas de certificação com credibilidade terá como benefícios principais o manejo florestal sustentável mais difundido – assegurando maior proteção às florestas e suas populações –, a maior oferta de produtos certificados nas prateleiras (fundamental na geração de receita para manter a rede funcionando), a não-criação de barreiras comerciais e a não-discriminação de países ou re-

giões –, dando a todos melhores oportunidades de acesso aos mercados. “Ao mesmo tempo, será preservada a independência dos diversos sistemas, e, dessa forma, a própria cultura de cada país ou região”, diz Roxo.

Ele avalia a criação da rede fundamental para o Brasil, considerando um país distante dos principais mercados consumidores. “Sem essa rede, os produtos florestais brasileiros poderiam vir a ser discriminados no mercado global, por

mais rígidos que sejam os critérios de sustentabilidade observados em sua produção”, justifica. Poderiam, por exemplo, prosseguir, ter de competir em desvantagem com os itens certificados na Europa e América do Norte, cujos sistemas são naturalmente mais conhecidos pelos seus consumidores. “A partir da criação da rede, os produtos brasileiros certificados poderão ser considerados equivalentes aos dos demais sistemas participantes e, como tal, colocados lado a lado nas pra-

Carlos Roxo está na Ifir

ELE FOI ESCOLHIDO CO-CHAIRMAN DO GR DO GRUPO DE TRABALHO DA ENTIDADE INTERNACIONAL

Escolhido em abril como co-Chairman do Grupo de Trabalho da Ifir, o gerente de Meio Ambiente da Aracruz Celulose, Carlos Alberto Roxo deve ser um dos coordenadores da fase de implantação da proposta de reconhecimento mútuo internacional. A troca, segundo Roxo, foi uma decisão pessoal de James Griffiths (Nova Zelândia), de se afastar da coordenação do GT, a partir do fim de abril. “Ele teve uma atuação brilhante como Chairman do GT durante a fase de elaboração da proposta, sendo o maior responsável pelos seus elementos e consistência”, explica.

“A escolha do meu nome deve-se ao destaque que o setor florestal brasileiro tem hoje no mundo, não só pelo seu porte e avanço

tecnológico, como pela postura moderna dos seus dirigentes e pela sua atuação intensa em fóruns internacionais, por meio de entidades como a Bracelpa e a SBS, além das próprias empresas”, afirma.

De acordo com ele, é importante destacar que o outro co-Chairman dessa fase será o Clifford Schneider, da Westvaco, sócio controlador da Rigesa. “Ele conhece bastante o nosso país. Isso é uma garantia de que as visões do setor florestal brasileiro serão bem contempladas na fase de implantação”, avalia. A minuta da proposta da Ifir sobre um Sistema de Reconhecimento Mútuo Internacional está à disposição dos interessados na Bracelpa e na SBS, podendo ser solicitada por e-mail.

teleiras, sem qualquer discriminação”, explica.

COMPLEXIDADE

A proposta de reconhecimento mútuo está sendo apresentada agora a diversos segmentos como FAO, ITTO, consumidores, comércio varejista, editores, ONGs, comunidade científica, proprietários florestais e sistemas de certificação. “A cada contato, cresce o entendimento sobre a complexidade da questão e sobre a urgência de uma solução”, salienta Roxo. A partir destes contatos, o Ifir elaborará uma proposta de implementação e a submeterá aos diversos setores, catalisando o processo de discussão e implementação. “Esperamos que, a partir deste ponto, o papel do Ifir decresça de importância, cedendo lugar a um processo coletivo dinâmico, o que será um indicador do seu sucesso”, argumenta Roxo, que aponta como fatores críticos a formação de alianças mais amplas entre os diversos atores e a certificação de florestas nos países em desenvolvimento.

Para serem bem-sucedidos, explica, os processos de certificação exigem a convergência de diversos setores: os proprietários e empresas florestais, que manejam as florestas, fazem os produtos florestais e decidem sobre a sua certificação; o comércio, que decide vender esses produtos; os consumidores, a quem cabe a decisão final de comprá-los; os trabalhadores, que

atuam em todo o processo, da floresta à venda; as comunidades, que tiram seus benefícios das florestas; e as ONGs, que influenciam os demais atores.

Roxo afirma que todos esses setores atuam em cadeia e que, por mais poderosos que sejam, nenhum deles pode assegurar um processo de certificação bem-sucedido – definido pela venda efetiva de uma grande quantidade de produtos florestais certificados, produzindo receita para o bom manejo das florestas. “Se um deles decidir não participar, a cadeia simplesmente não acontece.

É isso que assistimos hoje: enquanto alguns sistemas certificam grandes áreas, mas têm dificuldade de vender seus produtos (por falta de adesão dos consumidores), outros têm canais de venda assegurados, mas não conseguem colocar uma quantidade significativa de produtos certificados nas prateleiras (por falta de adesão de proprietários e empresas florestais). Mesmo as alianças limitadas que se estabeleceram, como entre ONGs e o comércio varejista, falharam em resolver esse impasse”, comenta.

Por isso, ele considera necessário estabelecer alianças mais amplas com todos os setores interessados no sucesso dos processos de certificação, ainda que sob o risco de deixar de fora alguns atores mais extremados dentro de cada setor. “Essas alianças devem ter o propósito de moldar uma agenda positiva de certificação a partir de

macroobjetivos estratégicos, dentro de uma visão global, que tenha como pressupostos principais a necessidade de participação em equilíbrio de todos os elos da cadeia, a sustentabilidade – ambiental, social, econômica – do manejo florestal, e a oferta de uma quantidade significativa de produtos certificados”, afirma, prossequindo: “Essa massa crítica deve ser suficiente para fazer diferença no comércio mundial, deixando de fora os produtos obtidos de forma não-sustentável, de forma muitas vezes predatória e ilegal, e contribuindo assim para a proteção das florestas no mundo.”

Roxo considera fundamental que a certificação avance nos países em desenvolvimento, em especial naqueles que detêm algumas das últimas reservas de florestas tropicais do planeta. Até agora, a maior parte das florestas já certificadas encontra-se no Hemisfério Norte e os sistemas estão encontrando dificuldade para fazer avançar a certificação nos países do sul.

Assim, uma das principais preocupações dos consumidores – frear o desmatamento das florestas tropicais – não vem sendo solucionada. “É necessário apoio para que esses países estabeleçam sistemas de certificação bem-estruturados, capazes de se integrarem à rede global, o que estimulará – com a receita da venda de produtos certificados – o bom manejo das florestas localizadas em zonas tropicais”, sugere.

Falta harmonia entre os sistemas

Segundo Carlos Alberto Roxo, diretor de Meio Ambiente da Ara-cruz Celulose, existem mais de 30 sistemas de certificação no mundo. “A maioria deles não está harmonizada entre si, o que causa inúmeros problemas”, afirma, acrescentando que isso tem causado muita confusão para os consumidores e o comércio, que se vêem diante de múltiplos selos, de diferentes procedências e níveis de qualidade. Outro problema, na sua opinião, são as dificuldades e os custos mais altos para as empresas globalizadas, que precisam conviver simultaneamente com diversos sistemas de certificação.

Outro ponto crítico, na sua opinião, é a vantagem indevida dos sistemas nacionais dos principais mercados, mais conhecidos pelos consumidores do que os dos países distantes, e as possibilidades de barreiras comerciais, por meio de políticas de compra de governos, reduções tarifárias e outras facilidades para os produtos certificados por determinados sistemas.

Roxo acredita que excesso de sistemas tem prejudicado o objetivo básico que os norteou, que é o de colocar uma grande quantidade de produtos certificados nas prateleiras. “Até o momento, o total de itens com essa garantia à venda é marginal, se comparado ao comércio mundial de produtos florestais,

frustrando a expectativa criada perante o público consumidor”, critica.

Na sua avaliação, esse é um quadro típico de etapa inicial. No entanto, ela argumenta que essa situação não pode perdurar muito, sob pena de abalar a credibilidade do próprio conceito de certificação. “Os consumidores podem reagir à existência de inúmeros certificados, simplesmente descreditando todos eles e não apoiando nenhum”, justifica, acrescentando: “Como se não bastasse isso, alguns sistemas estão em guerra aberta entre si, com acusações mútuas de toda ordem, o que só alimenta a desconfiança. Precisamos encontrar uma saída que fortaleça esse conceito”, alerta.

Roxo diz que essa saída já existe nos segmentos de eletrônica, automóveis, processamento de alimentos, tecnologia da informação e comunicação, que desenvolveram linguagens e métodos de avaliação de equivalência avançados. Os produtos florestais, esclarece, têm alguns diferenciais importantes em relação aos dessas áreas.

Em primeiro lugar, ele diz que o manejo das florestas é diferente em cada país, e até mesmo dentro de um mesmo país, por causa do clima e de outras condições ambientais, mas como resultado da diversidade das condições econômicas, sociais e culturais prevaletentes. “Assim, enquanto um automóvel pode ser produzido

de forma bastante similar tanto nos Estados Unidos como no Brasil, o manejo das florestas varia bastante”, exemplifica. “Em segundo lugar, a definição e a avaliação da qualidade de um automóvel envolve parâmetros técnicos e pode ser feita apenas entre produtores e consumidores. Já a qualidade das florestas leva em conta valores, muitas vezes subjetivos, como biodiversidade, e uma gama muito mais ampla de atores. Assim, o processo deixa de ser meramente técnico, passando a ser também político”, explana.

Por isso, ele considera compreensível e saudável a existência de diversos sistemas de certificação, que reflitam as condições locais. “No entanto, para evitar os problemas dessa diversidade em uma economia globalizada, é necessário estabelecer uma plataforma comum, que permita que os diversos sistemas se comparem e se reconheçam eventualmente como mutuamente equivalentes, integrando-se dentro do conceito moderno de rede horizontal.” Como a moeda de troca destes sistemas é a credibilidade, prossegue, é necessário que o reconhecimento mútuo seja feito segundo regras transparentes, com a participação equilibrada dos diversos segmentos da sociedade, e sempre buscando altos padrões de manejo florestal.

Seminário de propriedade intelectual

Em 8 de maio, a SBS promoveu em parceria com a *Embrapa Florestas*, unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vinculada ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento, o seminário "A Propriedade Intelectual de Inovações Vegetais Arbóreas para Plantios Florestais no Brasil". O encontro realizado em Colombo, no Paraná, teve por objetivo subsidiar os participantes com informações sobre propriedade intelectual na área florestal. Um assunto que cada vez mais vem tomando espaço nas discussões sobre a evolução tecnológica.

O evento contou com palestras do presidente da SBS, Nelson Barbosa Leite, que abordou o tema "Plantios florestais para fins produtivos no Brasil"; também estiveram presentes no seminário o pesquisador da Embrapa Florestas e membro do Conselho Consultivo da SBS, Antônio Paulo Mendes Galvão, responsável pela palestra intitulada "A propriedade intelectual de inovações arbóreas para plantios florestais"; o assessor da Gerência Geral do SNT, Embrapa, Clovis T. Wetzel, falou sobre "Panorama da proteção de cultivares no Brasil", dentre outros convidados.

Terceirização nos serviços florestais

Em 31 de maio, a SBS realizou em sua sede a Reunião Empresarial de Prestadores de

Serviços Florestais. O encontro além de apontar possibilidades de terceirização no setor florestal, discutindo as dificuldades e oportunidades para o desenvolvimento de sistemas técnicos e comerciais alternativos; questionou o gerenciamento das atividades de produção, pesquisa e planejamento, visando a redução e padronização de custos operacionais.

A reunião faz parte dos eventos apoiados pela SBS dentro do tema "Capacitação", previsto no Programa Nacional de Florestas (PNF).

ES quase proíbe plantio de eucalipto

Um projeto de lei de autoria do deputado Nasser Youssef, que propunha a proibição do plantio de eucalipto para uso na indústria de celulose no estado do Espírito Santo, chegou a ser discutida em audiência pública, da qual a SBS participou. A entidade enviou ofício ao governador do Estado, José Ignácio Ferreira, manifestando sua discordância com relação ao referido projeto de lei, pleiteando que o mesmo fosse vetado.

Após uma série de discussões, o governador fez uma análise técnica do projeto de lei, concluindo que a proposição era inconstitucional (devido à invasão da competência legislativa da União, inobservância da iniciativa privativa do Governador do Estado e do Princípio da Proporcionalidade) e contrária ao interesse público, pois afugentaria os investimentos, responsáveis por empregos diretos e indiretos e pelo

fomento à economia familiar do pequeno produtor. Assim, a proposta de lei foi vetada pelo governador em 11 de julho e, em seguida, encaminhada à Câmara Legislativa para nova apreciação dos deputados, que ocorrerá no mês de agosto.

Dia Nacional do Meio Ambiente

Em comemoração ao Dia Nacional do Meio Ambiente, dia 05 de junho, a SBS distribuiu milhares de mudas de espécies arbóreas nativas. As mudas foram produzidas em viveiros de empresas associadas à SBS, como a Votorantim Papel e Celulose – VCP e International Paper do Brasil. Centenas de pessoas estão comparecendo em nossa sede e estão tendo, assim, oportunidade de contribuir com a conservação de nossas florestas e do meio ambiente.

Auditoria ambiental e florestal

Com a participação de 25 profissionais do setor florestal, o curso realizado pela PROENCO / SBS de 25 a 29 de junho, foi um marco importante para os processos de certificação no Brasil. Faz parte do programa de consolidação do Cerflor, que traz em seu escopo a formação e qualificação de auditores. O curso contou com a participação de representantes das mais importantes empresas brasileiras que têm na madeira sua fonte de matéria-

prima. O curso promoveu treinamento prático no campo, contando com a estreita colaboração da empresa International Paper, em Mogi-Guaçu – SP. O programa de treinamento ensina aos treinados a oportunidade de se credenciarem no EARA – Environmental Auditors Registration Association. A SBS e a PROENCO deverão dar continuidade a trabalhos conjuntos visando fortalecer a formação de auditores qualificados dentro do Sistema Brasileiro de Certificação – SBC, que vem sendo coordenado pelo INMETRO (que inclusive fez apresentação do sistema no curso) mediante a formatação do Cerflor.

Curso de auditoria em Campinas

A SBS participou, como co-promotora, do Curso Prático de Auditor Florestal, que realizado em 26 de junho em Campinas – SP, foi representada pelo seu superintendente Rubens Garlipp, abordando o Desenvolvimento do CERFLOR (programa de certificação de origem florestal) e o tema Reconhecimento Mútuo Internacional de Sistemas de Certificação Florestal do Sistema Brasileiro de Certificação Florestal. O Sr. Cláudio J. M. Souza – INMETRO – palestrou sobre o Sistema Brasileiro de Certificação e a inserção do CERFLOR, cuja estrutura atende aos preceitos internacionalmente

aceitos com vistas ao Reconhecimento Mútuo. A Dra. Maria José Zakia apresentou o tema Código Florestal e Legislação Ambiental Aplicada ao Setor Florestal.

Atlas de Conservação Ambiental

A SBS esteve presente no lançamento do livro “Atlas das Unidades de Conservação Ambiental do Estado De São Paulo”, no dia 16/04, em São Paulo. A obra literária foi realizada pela Secretaria do Estado do Meio Ambiente, e teve patrocínio da Duke Energy International – Brasil. A cerimônia de lançamento foi feita pelo secretário do Meio Ambiente do Estado De São Paulo, Ricardo Tripoli.

SITES florestais



www.sbs.org.br Toda a legislação ambiental e florestal produzida no Brasil está disponível na *home page* da SBS, que também lista eventos promovidos pela entidade, publicações e estatísticas do setor florestal brasileiro.

www.ecopress.com.br Eco Press, uma agência de notícias ambientais (que sempre traz notícias novas sobre o que ocorre no cenário ambiental no Brasil e no mundo).



www.gen.gr.ip/ Global Ecolabeling Network, uma organização que lida com rotulagem ambiental, definindo parâmetros a serem seguidos internacionalmente e divulgando a necessidade de implementação de algum mecanismo de rotulagem ambiental.

Para sua empresa ter uma nota publicada neste espaço, contate-nos!
Fone/fax (11) 3662-2141/2195
e.mail:vr@uol.com.br
vrcomunica@ig.com.br



DURATEX LANÇA MADEFIBRA PREMIUM

A nova linha de MDF da Duratex, a MaDeFibra BP Premium, foi especialmente desenvolvido para ser aplicado em planos horizontais, como tampos de mesas. Por contar com uma camada (overlay) aplicada sobre o laminado decorativo, oferece maior nível de resistência superficial. Produzido a partir de madeira

reflorestada, o novo produto está disponível em quatro padrões madeirados : Marfim Atenas, Marfim Mônaco, Mogno Verona e Haya Castanho. Para o seu melhor aproveitamento, a Duratex está fabricando o MaDeFibra BP Premium em chapas de 1830X2750mm e espessura de 25mm.

ARACRUZ INVESTE EM MELHORIAS AMBIENTAIS E AÇÕES SOCIAIS

A Aracruz Celulose destinará cerca de US\$ 38 milhões a benfeitorias ambientais. Deste total, US\$36 milhões serão aplicados em equipamentos e instalações e US\$1,7 milhão em projetos e atividades. Entre os objetivos da companhia está a produção de 1,36 milhão de mudas de espécies nativas e a implantação do Projeto Florestas do Futuro. Atenta às necessidades das regiões onde atua, a empresa apóia diversas iniciativas sociais nas comunidades capixaba e soteropolitana, com prioridade para projetos na área de educação.

No ano passado, a Aracruz investiu cerca de US\$4,5 milhões em iniciativas sociais . Entre elas, destaca-se o Projeto Formar, que promove o aprimoramento profissional de professores em seis municípios capixabas e beneficiou desde 1997, mais de 70 mil alunos. A empresa também contribui com assistência na área agrícola, para que as comunidades indígenas tupiniquim e guarani que vivem próximas à fábrica alcancem a auto-suficiência. Até o final de 2000, a Aracruz havia repassado R\$ 4 milhões a essas comunidades.

Ministro do Meio Ambiente lança livro

Foi lançado em abril, no Museu Histórico Nacional, o livro "A Conservação da Biodiversidade em Ecossistemas Tropicais", do ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho.

A obra, considerada uma resposta do governo aos compromissos internacionais firmados durante a convenção sobre diversidade biológica na ECO 92, contém artigos científicos e técnicos sobre os avanços nas pesquisas de porte no país. Os textos são de dois especialistas no assunto : a professora Irene Garai, do Departamento de Biologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e o professor Braulio Dias, diretor do Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente.

Caem as taxas de queimadas da Amazônia

De acordo com o relatório do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), a taxa de incêndios em áreas florestais na região da Amazônia caiu em 86% no ano passado. Já a estimativa da taxa média do desflorestamento bruto, no período de 1999/2000, baseada na projeção linear dos dados amostrais derivados das cenas TM-LANDSAT correspondentes de 1999, cresceu 14,9%. A projeção do biênio 99/2000 é de desflorestamento bruto de 19.836 km² em áreas tomadas pelo satélite TM-LANDSAT. No biênio anterior a taxa confirmada pelo INPE foi de 17.259 km².

INDENIZAÇÕES AMBIENTAIS PODEM CHEGAR A 50 MILHÕES DE REAIS

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo recebeu o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apura irregularidades nas indenizações ambientais. O documento recomenda a criação da Procuradoria Geral do Meio Ambiente e a paralisação por um período de

um ano dos processos em andamento, incluindo os que estão nos tribunais superiores em Brasília. Atualmente existem 1.169 processos indenizatórios de desapropriação de áreas de proteção ambiental, que podem custar aos cofres públicos um prejuízo de até R\$ 50 bilhões.

CATERPILLAR LANÇA ESCAVADEIRA 320C

A escavadeira hidráulica 320C, de 138 hp de potência e 21 toneladas, lançada pela Caterpillar do Brasil, é o primeiro modelo da série C da família 300. Reunindo condições superiores de produtividade, durabilidade, confiabilidade mecânica e conforto ao operador, a máquina também é apresentada na versão CL, com chassi mais longo, sendo ainda mais econômica e produtiva do que o modelo anterior. Na cabina do equipamento, a operação foi simplificada, o acesso facilitado e a visibilidade é total. Um monitor compacto com sistema de memória mostra os indicadores de alerta em forma de textos e também

em ícones.

A manutenção da 320C também foi bem simplificada. O radiador de óleo basculante, por exemplo, é de fácil limpeza e conta com aletas onduladas. Há memória de informações dos motores de deslocamento, motor, bomba, ferramentas de trabalho, trocas de óleo e filtro. Para esta nova máquina, a Caterpillar desenvolveu acessórios como lança e braços especiais para aplicação pesada e altos ciclos de trabalho; engates hidráulico e manual e ainda três sistemas hidráulicos auxiliares, que atendem a uma grande variedade de aplicações e necessidades do mercado.



Prevenção contra as plantas daninhas

Os seis primeiros meses após o plantio nas áreas reflorestadas irão definir a qualidade e o volume no momento do corte e colheita. Por essa razão, é imprescindível que sejam tomados alguns cuidados neste período, a fim de garantir o perfeito desenvolvimento e crescimento das árvores. Logo após o plantio das mudas aconselha-se realizar aplicações de herbicidas nas linhas e entrelinhas das áreas reflorestadas, isso porque as plantas daninhas competem diretamente por água, adubo e nutrientes.

O Scout NA, herbicida sistêmico e pós-emergente é recomendado para a eliminação dessas plantas daninhas. Ele é absorvido através das folhas e partes verdes, seguindo até a raiz para matá-las. "Por ser biodegradado o produto não contamina o solo", lembra o engenheiro agrônomo e gerente de reflorestamento da Monsato, Carlos Eduardo Pessoa, ressaltando que a formulação granulada do produto reduz em até 67% o volume de embalagens, facilitando o seu transporte e armazenamento.

Rio comemora Dia da Mata Atlântica com exposição

O Jardim Botânico do Rio de Janeiro promoveu no mês passado, em sua sede, a exposição Em Busca das Plantas da Mata Atlântica. Fotos, vídeo e um quiosque multimídia com CD-ROMs foram disponibilizados pelo Programa Mata Atlântica e Núcleo de Educação Ambiental (NEA) para ilustrar a importância do ecossistema, do qual apenas 7% da cobertura original ainda estão intocados. A exposição em maio é em homenagem ao Dia da Mata Atlântica, comemorado em 27 de maio.

O NEA faz, durante todo o ano, treinamentos com professores para atualização de informações sobre o serviço prestado pelo Jardim Botânico, divulgação da história da instituição e curiosidades da Área Verde, conhecida como Arboreto.

Always on the ball

SBS is becoming increasingly involved in the macro issues of the Brazilian forest sector. A good example of this involvement is its active role in the discussions of the Temporary Technical Committee of CONAMA (The National Council for the Environment) that is preparing the final text for the reformulation and updating of the current Brazilian Forest Code. As one of the main institutions that represent the private forest sector in Brazil, SBS has taken part in every meeting of the Temporary Technical Committee, always presenting its contributions and encouraging the debate towards a new proposal that should be fair and feasible and, at

the same time, more adequate to our present conditions. SBS is also active on other fronts. It has provided strong support to CERFLOR – Certificate of Origin of Forest Raw Material, the first forest label developed exclusively in Brazil and geared towards international mutual recognition, and which is now fully integrated into the Brazilian Certification System – SBC. After successful field tests, CERFLOR is being finalized and should become operational soon, thus opening vast possibilities for the further expansion and development of the forest sector. CERFLOR will increase the competitiveness of Brazilian forest

products in markets that require labeling, especially in North America and Europe. On the other hand, forest certification can promote the utilization of practices of sustainable forest management that are essential to the development and survival of the forest sector and forest based industries. The federal government is closely following both discussions through the participation of representatives of the various ministries involved. This number of *Silvicultura* also presents a brief evaluation of the National Forest Program – PNF, launched more than eight months ago. What has changed since its official launching? Read on and check for yourself.

CERTIFICATION

Cerflor, getting ready for implementation

On May 24, the Temporary Special Study Committee on Forest Management (CEET - Comissão Especial de Estudo Temporário de Manejo Florestal) met in São Paulo as a further step of the National Program for Forest Certification to finalize CERFLOR – Certification of Origin of Forest Raw Material.

On May 24, members of the CEET – The Temporary Special Study Committee on Forest Management met at SBS headquarters for another round of discussions with the objective of defining the last details of CERFLOR – Certification of Origin of Forest Raw Material. The committee analyzed the basic texts of forest management standards for plantations, chain of custody, and qualification of forest auditors. When finalized these standards will be incorporated into the Brazilian Certification System (SBC – Sistema Brasileiro de Certificação)

and used as the basis for forest certification within the CERFLOR program. “We made good progress in relation to the last meeting and we are now in the final phases of refining the basic documents. I believe many of the subcommittees will soon finish their work”, says Frederico Cabral, Director for Standardization of the Brazilian Association for Technical Standards (ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas).

A forest certification program that involves ABNT, the National Institute for Metrology, Standardization and Industrial Quality (Inmetro - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial), forest enterprises and research institutions, CERFLOR will now count with a set of Brazilian forest certification standards that are on par with those currently being used at national, regional and international fora. This work, which

will enable national forest companies to receive a label that incorporates specific conditions prevailing in Brazil, is being coordinated by INMETRO, within the Brazilian Certification System – SBC. After years of structuring and development, CERFLOR is close to become operational.

In order to ensure that all CERFLOR parameters are in accordance with those accepted internationally, in 1996 SBS signed a technical cooperation agreement with ABNT who became the organization in charge of implementing and operating the program. “They are impartial organizations that work with transparency and with ample participation of stakeholders, which are essential conditions to ensure the quality and the independence of the system”, says Carlos Alberto Roxo, Manager for Corporate Relations and Environmental Affairs of Aracruz Celulose, and

BRACELPA (Brazilian Association for Pulp and Paper) representative in the CEET. He is of the opinion that CERFLOR plays a key role for our forest companies, since it represents the Brazilian vision on forest certification. "Once finalized, it will allow Brazilian products that receive this certification to enter the global market of forest products with more competitive conditions", adds Roxo. He also mentions that the active participation of all sectors of civil society is of fundamental importance to the development and consolidation of CERFLOR as a viable and strong program.

"INMETRO, which is the organization that is leading the process, is a member of the International Accreditation Forum and is the only Brazilian institution that takes part in international certification systems", says José Augusto Pinto de Abreu – CEET Coordinator. He adds that the entire process of structuring and bringing the CERFLOR program to life has "a high degree of technical consistence and is perfectly focused on our national conditions; it is a true Brazilian solution". The idea of the committee members is to make CERFLOR an internationally recognized certification program through mutual recognition schemes. In fact, this recognition will improve the competitiveness of Brazilian forest products in markets such as

Europe and the United States, whose consumers are demanding certified products. In the end of 1999 and beginning of 2000 a number of field tests were carried out in order to check the standards developed for CERFLOR. The results showed that, in order to follow international trends in certification, these standards had to receive minor adjustments, a process which is being carried out.

In addition, international consultants have already evaluated CERFLOR as part of a comparative matrix published by the European Confederation of Paper Industries (Confederação Européia da Indústria de Papel - CEPI), which analyzed the main national certification programs in order to evaluate the possibility of future mutual recognition.

According to Rubens Garlipp, SBS Superintendent, all these steps have the objective of providing greater credibility to the program. "We are taking the necessary measures to ensure the acceptance of the program by the players of the international scenario. After this initial phase, and especially due to mutual recognition, certification will be of strategic importance to Brazilian forest products".

The next activity will be a new public consultation regarding forest management standards that are to be published after July, when formatting of CERFLOR is

expected to be finalized. "Based on the advanced stage of development of the basic texts for forest plantations, I expect that by the end of this year we will reach a consensus on forest management standards for plantations. After this is finished we will start working on management standards for native forests", explains Rubens Garlipp. The committee is also developing standards for chain of custody and for qualification of forest assessors.

Forest specialists that have followed the process since its early days, such as Sérgio Ahrens from Embrapa Florestas, are also optimistic. Although he emphasizes that Embrapa's commitment is just with the technical and scientific aspects of forest certification, he made a point of voicing his opinion. "The process is in harmony with other forest certification processes" says Ahrens, adding that, due to the nature of the Brazilian forest and environmental legislation, the representativeness of CERFLOR will leave nothing to be desired in relation to international certification organizations. "Our legislation requirements are much more strict than those of other countries and, in a certain way, this fact gives us a comparative advantage since by legal imposition we have to maintain a higher standard of sustainability"

ENTERPRISE

Masisa makes investments in the Brazilian market

The leader of the Latin-American wood-based panel industry chooses Brazil and opens its second industrial complex outside Chile

fter a presence of five years in

Brazil, with offices in Paraná and Rio Grande do Sul, the Chilean group Masisa inaugurates in Ponta Grossa, Paraná, its first industrial facility in the country. This location was selected for a number of favorable conditions: i) fiscal

incentives offered by the state and municipal governments; ii) existence of forest resources and areas suitable for reforestation that could assure a steady supply of industrial raw material; iii) good logistics and access conditions to

the main consuming centers, and iv) good utilities infrastructure, such as natural gas and electric power.

The new plant received investments in the order of US\$140,000,000 and will provide about 1,200 direct and indirect jobs. Today, the company's total workforce in its 15 production lines and offices in Chile, Argentina, Peru and Brazil is around 1,200 persons.

The process of establishing industrial facilities in Brazil started in 1998 when Masisa signed a protocol with the "More jobs for Paraná" program. A year later the site was selected and construction work began. The first MDF (Medium Density Fiberboard) panels came out of the production line last December. Besides MDF, which the company introduced in the Brazilian market in the last five years with imports from neighboring Argentina and Chile, the new complex will also produce OSB (Oriented Strand Board) and melamine-overlaid panels, using both MDF and particleboard as substrate.

According to Ítalo Rossi, General Director for the Brazilian operation, the MDF line can produce up to 240,000 m³/year, a capacity that should be reached in August 2001. "We plan to increase our participation in the Brazilian market to 36%, more than double our current market share", he explains. Production of melamine-overlaid panels at the Ponta Grossa plant started last May. "By December, 2001, we should reach our nominal capacity of 130,000 m³/year", adds Rossi.

One of the greatest challenges for the Chilean company in the coming years is to promote in Brazil the utilization of OSB structural panels for building construction, and for the furniture and packaging industries. This material is already widely used in the United States and Europe. Production of OSB will start by the end of this year at the rate of

350,000 m³/year. "Initially, we plan to export 50% of our production; however, in no more than three years, we expect that the Brazilian market will absorb 100% of our production", comments Andres Armstrong, Marketing Director for Masisa in Brazil.

Due to the fact that the use of OSB in the construction industry in Brazil is practically non-existent, the directors of the Chilean company will have to work hard in the coming years to reach the proposed targets. "We will demonstrate the many advantages of working with OSB, as for example better quality of finishing, more convenient handling of materials to minimize waste at the construction site, and above all, significant gains in productivity obtained with OSB. When this type of panel is used instead of plywood, the construction of a building may take about one-fourth of the regular time", compares the Marketing Director.

From an economic point of view, one of the main advantages of OSB is the possibility of using low-grade trees, of little commercial value for other applications. However, when transformed into wood shavings, which are combined with special synthetic resins and pressed into panels using modern technology, this material produces strong, compact panels with excellent resistance to delaminating. For this reason, in addition to being a better alternative than plywood from a cost/benefit point of view, OSB panels are also an ecologically correct option. About 90% of the tree stem is used and, in contrast with other structural panels, the production of OSB is based on small-diameter reforestation species that can be harvested in short rotations, therefore preserving older forests of native species.

OSB panels were developed in the late 70's and are a remarkable evolution in the production of wood-based panels. "The

orientation of the wood shavings, which work as micro-veneers that get interwoven inside the panel, together with the natural strength of the wood reinforced with waterproof resins, are the main factors responsible for the rigidity that characterizes the material", explains Armstrong.

Investing in the environment and in the local community

When the Masisa group took the decision to build the plant in Ponta Grossa, it placed great faith in the local community. Manpower was recruited from the neighboring areas for the construction and operation of the plant, which today employs 110 people.

In order to train manpower to operate the highly sophisticated equipment used in the production lines, the company made significant investments in capacity building and education of local workers. The 400-hour training program offered by Masisa received the support of the Brazilian Ministry for Labor and Employment and was entitled to be equivalent to a formal education internship. About 70 persons concluded this training program and will work as equipment operators and laboratory technicians. "This training program and the hiring of the trained persons is part of the commitment we had assumed to invest in capacity building and training of local manpower and to generate employment to Paraná workers", explains Rossi.

The success of the training program was so significant that the Municipal Labor Council has already approved a second edition to train personnel that will operate the OSB production line.

The commitment with the Ponta Grossa community was not limited to manpower training. The Chilean company took adequate measures to protect the environment and to avoid damages to the local ecosystem. Along this line, and

also to ensure its future raw material supply, Masisa reforested one thousand hectares in the second half of last year and plans to plant at least two thousand hectares per year from now on.

According to Adhemar Villela Filho, Forest Director, by 2002 Masisa plans to establish a forest production base of 25,000 ha. "In the next 10 years we should reach 40,000 to 50,000 ha", says Villela. Ítalo Rossi, General Manager, adds that the company established itself in Brazil not only to harvest but also to plant trees.

This reforestation initiative is part of the Forest Program launched by the company in

August 2000, on the Santa Helena Farm, in the municipality of São Luiz do Puruã (PR). In addition to serving as a source of industrial raw material, Masisa forests will also provide direct income to the company. MDF can be manufactured with small-diameter material and wood residues that are abundantly produced by sawmills, plywood and veneer plants, furniture industries etc. "Larger-diameter logs produced by Masisa's forests could be sold to these industries", reminds Villela.

The Ponta Grossa plant is the first one in South America to use a closed water treatment system. The project - which involved

investments of about US\$1,500,000 - uses equipment manufactured in Denmark that is able to treat 20 t/h of effluents. About 95% of the water used in washing the wood chips is recycled and can be used in the industrial process for resin preparation and steam production.

According to Masisa directors, the best feature of this equipment is that there is a marked reduction in the amount of residues generated by the industrial process. "The selection of this system is in line with the environmental protection policy adopted by Masisa throughout the world" finalizes Rossi.

INTERVIEW

Ibama does its share

In an exclusive interview for Silviculture, the new president of IBAMA expresses his hopes that the majority of businessmen will follow the example of those who have made a definite option for the forest.

In the beginning of this year, SBS - The Brazilian Society for Silviculture conducted a survey through the Internet to know what people expected from the new president of IBAMA - the Brazilian Institute for the Environment and Natural Resources, and which should be the priority measures to increase the value of silvicultural activities in Brazil. The analysis of the issues raised by the public and the goals and projects of the present administration are discussed in the exclusive interview given to SBS by Hamilton Casara, who assumed office in January of the present year. In his message to the public, Casara states that the business sector needs to be more conscious of its responsibilities and not see the forest as something to subsidize

forest conversion. He assures that IBAMA is doing its homework and hopes that the majority of businessmen will follow the example of the few that have definitely chosen the forest. Read below the complete text of the interview.

SBS: According to the people who participated in the survey conducted by SBS, you should promote the training and recycling of IBAMA's personnel. What do you think of this idea?

Hamilton Casara: This is a complex issue and we intend to be very bold in addressing this matter. IBAMA is already recycling its technical staff and in the past two years over 20 professionals have received training in reduced impact logging. They represent approximately one-third of our foresters working in the Amazon Region. However, the internal demand is still considerable and tends to grow. The whole organization has more or less 600 foresters. Oddly enough, there are only 10% of them in the Legal

Amazon area, where great emphasis will be given to forest management. The Amazon Region, which represents more than half of Brazil's surface area and has the largest tropical forest cover in the world, has the lowest number of foresters.

Presently, in the Amazon Region there are still about 40 foresters from IBAMA that need to go through the recycling program. If all goes well - considering the arrangements that could be done in staff distribution - we will need to recycle 60 more in the following year, and 80 in 2003. This is because only recently Forest Sciences have been capable of offering a complete technological package for working with the Brazilian Amazon forest, in terms of economically viable and ecologically sustainable production. The socially fair approach depends on us, "IBAMA", as well. Only through the dissemination of new technologies and legislation to the farthest places in the Amazon Region, will it be possible to promote the social

development of the region based on the sustainable use of its natural resources. Those who are familiar with the Amazon Region know that it is quite common for IBAMA's logo to frighten people. The population has not learned to use natural resources in a sustainable way because no one, not even the government, has taught them how to do it. However, people have learned to fear IBAMA.

The professional, be it a forester or a fisheries specialist (the two most important professions for the use of natural resources in the region) must have a higher priority in the field than the inspector. When adequate practices for the region – presently available only to a privileged few – become accessible to small and mid-sized logging companies and to small and medium landowners, the need for inspections will be totally different from the one we have today. Traditionally, we have spent much more resources in repression than in guidance.

Therefore, IBAMA does not only need foresters capable of providing guidance to the execution of forest management plans. It also needs professionals capable of meeting with an association of small loggers living by river X, with the saw millers union of location Y and with the autonomous professionals of town Z, in order to explain the economic, ecological and legal benefits of employing adequate practices to their colleagues in charge of developing forest management plans. For this we need much more than recycling 20 professionals a year. A concentrated effort will be necessary to create, together with other institutions, professional training centers, with the capacity of preparing the number of people that is compatible with the region's demand.

The Amazon Region cannot continue to be subjected to the capacity of one or another non-

governmental organization, no matter how good it might be. It is time for the government to do its homework. This does not mean that the government is taking upon itself all responsibilities. On the contrary, we are looking for partners at the state level and we will continue looking, as in our relation with INPA – the National Institute for Research of the Amazon Region, in the state of Amazonas and other areas.

SBS: The public wants your work to also consider giving incentives to sustainable forest management, especially in the Amazon Region.

HC: As long as the model for the development of the region is based on cattle raising and cultivation of the land, we will all grow old watching INPE – the National Institute of Space Research – publicize the size of the annual slice cut in the Amazon Region.

There are not enough electric fences nor inspectors that can revert this picture. It will only be a matter of time, because the truth of the matter is that the colonization process has not been different from the one in the South, Southeast and Northeast of the country. Rio de Janeiro, São Paulo and Minas Gerais were once states covered by natural forests. In terms of Brazilian history, this has happened very recently. Our grandparents can talk about it. Today, man's capacity to convert forestland is much greater, considering the number of people as well as the amount of machinery.

Unfortunately, sustainable forest management has been stigmatized and unjustly treated. First, because it was wrongly practiced in the absence of a technological package available to those interested in investing in sustainable forest management. Secondly, because whenever a television program talked about the

devastation of the Amazon Region, environmental destruction, degradation, wastefulness, irresponsibility and others problems, it always showed a chainsaw, the felling of a tree, and a truck of logs... Eighteen-year olds who live in an urban center of the South/Southeast of the country and participate in a movement against the chainsaw or the felling of trees in the Amazon Region, independently of the objectives or methods utilized, are doing so because they have watched or seen misleading programs and images since the age of two or three.

The chainsaw is like a sharp blade that can be in the hands of a surgeon or a psychopath. It can be used for good or for bad. The paradoxical and ironic is that after a program that condemns the chainsaw as if it were an evil on its own, we watch a "bucolic" program of a farmer milking a cow or riding through a never ending calm pasture, without being aware that there once was a forest in those places. All that has been cut, dragged away and burnt. All the biodiversity that existed, all the birds, mammals, reptiles that lived there are now dead. Luckily, we have seen that many non-governmental organizations have improved their speeches.

But there is still a long way to go until sustainable forest management reaches the place it deserves as an adequate and priority alternative for the sustainable development of the region. Here at IBAMA, for example, the organization itself used to promote family agriculture and animal husbandry as a developmental path for the extractive reserves in the Amazon Region. Forest management was an alien expression. Fortunately, we have already resolved this.

SBS: The reduction of bureaucracy, especially when considering forest plantations, is another request from the survey.

How do you see this issue?

HC: The new administrative instructions for forest management that IBAMA has developed and submitted to the Ministry of Environment significantly reduce the bureaucracy in the forest sector. For example: The simplified forest management instructions for small forest owners in the Amazon Region consists of only three sheets of paper; the forest management plan for industrial operations, which was truly enormous, was reduced to what is important and essential. Concerning forest plantations, the problem is not bureaucracy, but the lack of clear rules. IBAMA is developing, through a standardized project, a simplified project model for forest plantations.

Presently, there is no regulating instrument and each state has the responsibility to develop its own. This apparent freedom has resulted in discrepancies and, sometimes, in excessive requirements. With the new rules, the issue of planting and harvesting will become simpler.

SBS: Another question raised in the survey regards treating forest plantations in the same way as agriculture plantations.

HC: Theoretically, this is the objective of all of us, because the more bureaucracy there is, the less the potential producer will be inclined to plant forests. However, the rules to be established have been developed precisely to protect the independent tree farmers. There is nothing that prevents people from planting forests. However, lets imagine a tree farmer that grows mahogany and who is stopped by an inspector when transporting his logs. How is he to prove that that wood has not been illegally extracted from a native forest? Besides the native forests, there is also the wood coming from forest replenishment projects and forests planted

through fiscal incentives. For all these reasons, it is important for the producer to document his forest plantations. The administrative instruction was developed to solve this problem.

SBS: The public wants the president of IBAMA to start giving incentives to industry for forest planting programs.

HC: This is an issue related to the National Forest Program (PNF), which intends to provide guidelines, through projects and activities, for the forest sector as a whole.

SBS: Another idea is to use satellite imagery to inspect sustainable forest management.

HC: The new computer programs for processing satellite imagery and related tools are very powerful. As an example – and this is present in the legislation changes sent to the Ministry of Environment – the preliminary analysis of forest management projects can be done through satellite images. The process will be much faster, cheaper and efficient. However, this has nothing to do with carrying out “control inspections” of areas under forest management using satellite imagery. We will be able to see if the management plan area has been invaded, burnt or felled, but with the technology available today we are not yet able to know the volume extracted, much less the species harvested.

SBS: Another expectation concerns delegating inspections to state organizations.

HC: The decentralization is already considered by law and contemplates much more than inspecting activities. However, between existing in intention and in practice there is a large and costly difference. The majority of state environmental organizations do not

have the human and material structure to take care of the tasks prescribed to them since the 1988 Constitution was approved. The state of Mato Grosso is developing fast in this sense. However, it is necessary to wait for the consolidation of the process happening in that state. Unfortunately, due to political changes, the lack of continuity in this process is common in the region.

On our side, for example, we have taken great care to gain more in-depth knowledge about the processes happening inside the institution, in order to prevent the disruption or slowdown of what is being developed in the right direction, independently of who has started the process. The state governments should do the same if they want to have their own consolidated environmental policy.

Parallel to this, IBAMA has systematically invited all state environmental bodies to be part of our field teams. Our intention is that in systems such as SISPROF and SISMAD, the methodology for field inspections and for the use of satellite imagery can be gradually transferred to state bodies through their own technical personnel. In this way, we make integration a harmonically constructed reality, strengthen our relationships and create adequate conditions for transferring obligations and technologies.

SBS: Finally, the public expects you to give incentives to private and governmental research institutes for research and development.

HC: IBAMA does not have the budget resources to financially support research in specialized institutions. On the other hand, there is the need to discuss in depth the priorities for technological and scientific research in the region. In this aspect, it is IBAMA's duty to contribute. No governmental or

non-governmental institution covers as large an area, or has as many lines of activity, as IBAMA. Due to this characteristic, our institute has a lot to do in organizing the demands found in forest activities and promoting the discussions with research institutions. There are many "Amazon Regions" and social and economic situations that are very different from one another.

It is not possible for a country like Brazil to have its graduate students choosing their thesis or dissertation themes based on the advisor on hand or in their greater or lesser empathy with a specific issue, or even worse, choosing hurriedly because of school calendars. If there is a country with money for this, it is surely not Brazil. However, interfering in the administration of an autonomous institution or in the philosophy of a specific researcher who believes he knows the regional priorities is a delicate matter. In addition, because IBAMA will not be able to finance the research it demands, this situation becomes even more complicated. Considering this, we are preparing a discussion cycle in the entire Amazon Region. Thirty cities were considered strategic and will be visited. We expect to be able to gather concrete elements to advance this issue during the current year.

SBS: What is presently IBAMA's main concern?

HC: IBAMA is the result of the fusion of four different organizations, each one of them with a different history and identity. This fusion caused a territorial dispute between these identities, which were influenced by external pressures and greater or lesser sympathy of former presidents for a specific area. This resulted in some discrepancies and, in some occasions, caused the organization to react in a schizophrenic way. The distortion between the values and budgets of different areas is an

example. The isolation of the legal department is another example. We consider that the moment is appropriate for the institution to assume a single and harmonic personality.

The search for this personality, through the integration of its different facets, will be our priority for the development of IBAMA as whole. Presently, another important concern is to be more present in the field, close to our clients, with the objective of guiding, educating and clarifying what the new IBAMA intends to do. With this, we hope to change this institute's control and command image, without however ceasing to curb negative actions that can harm the environment.

SBS: What were your first measures as president of IBAMA?

HC: Internally organize the institution in order to unify and strengthen procedures and actions to be developed, both in house and externally; conclude the institutional organic reform; conduct the public selection process already planned, in order to renew and increase the institute's staff, presently insufficient; promote better integration with state environmental bodies; decentralize management activities through the creation of Multitask Technical Units.

As part of the first actions there is the recycling of personnel at all levels. The objective of this is to improve the services to our public; develop financial self sufficiency, optimizing resources according to the activities that will be developed; promote community forest management; develop the Forestry Internship project; consolidate SISPROF and other systems that are considered as priorities; and, implement and consolidate state training centers, involving universities and research institutions – starting with Pará

(Tropical Forest Foundation and CPATU) and Acre (FUNTAC).

SBS: How can an increase in forest sector activities be promoted, such as the one seen during the governmental fiscal incentives that happened over 20 years ago?

HC: One way is to work with state and federal extension agencies and financial institutions for the creation of specific credit lines for forest management; work with the "S" System (SEBRAE, SENAI, SENAR and others) to give priority and promote the development of the forestry area in their activities and planning; promote legal stability through a consistent legislation for the sector, subject only to necessary refinements. With this, we expect to increase long-term investments of the forest sector, to establish legal instruments for the forest sector that are clear and objective, trying to bring it to follow current laws; and, to develop joint actions with the forest sector in order to strengthen our relationship with it.

SBS: In the states where there is no legislation on forests, what have been IBAMA's activities? And in the states that have such legislation?

HC: More and more, IBAMA has been trying to work with the states in order to accomplish its role as the executor of the country's forest policy. In the states that already have a specific legislation, we have acted together and, through agreements accorded by law, we have transferred several activities to the local governments. In the states where there is not yet a specific legislation on forests, the activities have been centered in the publication of Service Orders and Administrative Instructions according to the local conditions. However, in general, states do not have a specific legislation on forests.

There are some specific issues. As an example, the state of Amazonas still requires forest management plans to have EIA/ RIMA (Environmental Impact Study and Environmental Impact Report) while at the federal level, due to the much higher effectiveness of logging and forest monitoring practices, this is no longer required for the region – Decree 2788, of 1998.

Another example can be seen in Pará, which was the first state to solve the issue of land tenure for forest management. In this case, the administrative instructions extend the state's proposal to the entire Amazon Region. There is also the case of Acre, which has developed through FUNTAC, an important example of integration between the state and the forest sector, celebrating agreements, promoting training and providing guidance to the elaboration of forest management plans. IBAMA sees these activities as highly positive and has provided them with all legal support possible.

SBS: What are the instruments IBAMA intends to implement to develop wood production activities from planted forests?

HC: IBAMA intends to implement a large silviculture program that will contemplate a Tree Planting and Forest Production Project, where the priority will be the recuperation of degraded areas for the establishment of large forest plantations. However, it is important to clarify that, in the case of the Amazon Region, it is a mistake to consider that the increase in the production of wood from planted forests will contribute to the preservation of natural forests. Less than 10% of the forests in the Amazon Region are in conservation units. Forest areas on private properties will only be maintained if they provide economic benefits. Hence the importance of increasing the

promotion of sustainable based forest management. This does not mean that forest plantations do not have their role in vertically integrated enterprises. However, in no aspect will they be a priority in my administration.

SBS: What type of work is IBAMA conducting with universities and research institutes in order to develop the areas directly relevant to forest production? How is the task of promoting an increased exchange between IBAMA and universities regarding the education of professionals for the sector?

HC: We are trying to contact universities with the intention to improve our integration with them. Through this integration we will try to discuss the deficiencies we are observing in professionals that carry out field activities. What we have observed is that many professionals need courses that are more oriented towards practical issues, which is the reason we are taking this important step for improving the curriculum of our forestry schools.

Since 1999, IBAMA has hired recently graduated foresters for limited periods of time, with the purpose of forming inspection teams for forest management plans in the Amazon Region. The teams are composed of three professionals: one from IBAMA, one from the state's environmental body and a recent graduate. The initial idea was to contribute to the dynamics and transparency of the inspection process, besides strengthening the integration between IBAMA and the state's environmental body. The method has given unexpected results. On one side, the recent graduates contribute with computer-related knowledge, unselfishness and the willingness that characterizes them. On the other side, they undergo an intensive course about the Amazonian reality. This is even more fruitful because they

avail themselves of the knowledge of our technical personnel.

In the first year, we hired 10 recent graduates for the inspections in the state of Mato Grosso as an experiment. To our surprise, all graduates were hired after the process, except those who refused employment because of their intention of furthering their studies. It was an absolute success. Last year, we hired 53 professionals and this year we will hire more than 60. This process inspired us to develop the idea of the Forestry Internship. It is a kind of obligatory service time to the country, which every professional in the area must do one day. We are planning to start a discussion process with the universities and the Ministry of Education to implement this.

SBS: In some sectors, there exists the entity of national agencies. Do you think that the forest sector needs an agency to take care of its specific interests?

HC: Undoubtedly. The Brazilian forests in the North have a great potential and are being underutilized or systematically destroyed. It is a shame because what are involved are riches that we can barely measure. I mean much more than wood, which on its own would justify the conservation of the forests in the Amazon Region. I mean medicinal plants, seeds, gums, aromatic essences, resins, organic compounds, alkaloids and flora meso and microorganisms. I mean water and land. I mean biodiversity at the service of the development of Brazil and society as a whole.

An enormous task as this, which is related to scientific and technologic research, extension, information dissemination, market, training and education, besides complete development programs, is a task for an agency, or maybe even a ministry of its own. And we cannot forget the great silvicultural potential that the country has in

other regions outside the Amazonia, as well as the excellence of several Brazilian companies in the sector. Surely it is a case for a National Forest Agency.

SBS: Does IBAMA intend to conduct or reinforce specific inspection control actions in the forest sector?

HC: We have already seen information and control mechanisms related to this and I believe that they must be better utilized. There is a specific section about this issue at IBAMA's website that, among other objectives, aims at supporting and strengthening the activities with the sector. Concerning inspection methodology we are already on the third edition of the inspection guide and on the second version of the CD, which this year will include quality verifiers that will be publicized soon as specific administrative instructions for the sector.

All sustainable forest management plans inspected last year were georeferenced and through the integration of DEREf and CSR, we will control the areas being managed using satellite images and state of the art software such as ArcView and Image Analysis. Parallel to this, we will complete the SISPROF, a powerful storage and processing system for forest data, which will enable real time access to any information relative to forest resources.

With regard to deforestation and illegal burning control, we are using tools such as georeferenced systems that utilize satellite imagery to print detailed maps at the individual property level. This has considerably increased inspection and control capacity.

SBS: What are the challenges to consolidate forest management?

HC: There are two main challenges to overcome. The first one is the lack of information. The dissemination of the existing knowledge, through courses, debates, seminars and other information and professional training mechanisms is essential. This knowledge, necessary to the economic and ecologic viability of the activity, is still restricted to a few businessmen and professionals of the forest sector. Many conduct their activities in an archaic manner simply because they have a complete lack of knowledge about the practices recommended nowadays.

The second challenge is related to the lack of adequate credit mechanisms for forestry activities. The funds from ProManejo and PD/A, both subprograms of the PPG-7 and from FNMA, which recently released a specific public announcement for forest management, are very little compared to the needs of the Amazon Region.

It is true that there was no demand for the almost R\$2,000,000 (~US\$870.000) made available by FNMA. However, we are sure that the main problem is related to how the public announcement was made. At IBAMA, we constantly receive requests about community forest management from NGOs. CNPT, together with DEREf, are organizing and implementing simplified forest management activities that will directly reach 1880 producers. Despite this, if we add the resources involved in all these initiatives, we will reach a figure that is completely insignificant compared to what would be considered adequate for the region.

SBS: What must be done to reduce deforestation rates and at the same time promote a better utilization of wood by the industry?

HC: Promote forest management. Through forest

management it is possible to extract wood indefinitely from a given area. Ecologically this is very interesting. If I extract enough trees from the forest to maintain my enterprise while respecting the regeneration capacity of the forest, I will be able to extract trees forever. Each cubic meter of wood distributed in Brazil and around the world, contains a large quantity of carbon that is stored and does not go into the atmosphere, which is what happens with the carbon in the wood that is burned.

SBS: What is the importance of the restoration of riparian forests?

HC: Water is the strategic resource of this millennium. Riparian forests are essential to the preservation of watercourses and for the water cycle in the environment. The lack of riparian forests, and vegetation in general, results in silting of watercourses, floods and further droughts, because the vegetation stores water, releasing it slowly to the environment.

A large portion of the rainwater evaporates directly from the forest canopy and will precipitate again in the future. This process is part of the energy cycle. The sun's energy consumed in evaporation does not heat the environment, resulting in a more adequate temperature for life. When there is no vegetation, the water enters the soil directly or runs across its surface, causing sedimentation and floods. There are many areas where the riparian vegetation has been removed and needs to be restored. In these cases, the vegetation to be introduced must present a structure as similar as possible to the original one.

SBS: What are IBAMA's activities for the implementation of national forests as a raw material source?

HC: A concession system for the utilization of national forests is

at an advanced stage of discussion. This is an internationally known procedure. In Canada, for example, a model country in the forest sector, 70% of the forests belong to the government and are ceded for enterprises and producer cooperatives. In the case of Brazil, the Tapajós National Forest was the first important step in this direction. Last year, there was a seminar promoted by the Ministry of Environment for the discussion of what would be the adequate rules for the concession of public forests.

This is a delicate issue, because it can be mistakenly confounded with risk contracts or loss of sovereignty. It is a goal to be reached, especially because the state will have control without having to assume the role of the private sector at the same time that it reduces the need for the concentration of land ownership. IBAMA is conducting a joint effort with other federal government bodies, such as the National Institute for Land Colonization and Redistribution – INCRA, Bank of Brasil and the National Institute of Social Security – INSS, for the creation of new national forests. Several projects for the creation of national forests were already sent to the president of the country.

SBS: Why is there not a specific credit line for the sector, such as the one in place for

agriculture and cattle raising in general? Is IBAMA working on this?

HC: I believe that such mechanisms do not yet exist because of little articulation of the sector. It still has to consolidate itself as a sustainable and economically adequate activity for the region. As I have mentioned before, only recently has it become possible to present a complete technological package for the activity. If on one side, the forest sector has to clarify misinformed conservationists about the differences between forest management and the predatory exploitation of the forest, on the other it needs to show its economic viability to governmental extension agencies. This is a key issue that is especially related to the National Forest Program of the Ministry of Environment. However, other ministries must be alerted to the issue, such as the Ministry of Industry and Commerce and the Planning Ministry.

SBS: Would you have a message for the sector?

HC: Forest management appeared in Brazil in the 60s, together with the first forestry schools. Brazil is a new country and much has been and is expected in relation to its responsibility for its large forest patrimony. Research institutes and IBAMA have not been idle during

these years, in spite of the skepticism, regional dimensions and misleading claims about forest management. To provide an example, IBDF – the Brazilian Institute for Forest Development, which later became IBAMA, was the first one to test and use the 100% forest inventory system, promoted through a book from SUDAM. At the time, it was called logistic inventory. Today, thanks to the capacity for storing, processing and exchanging data and the accumulated technological, botanical and ecological information on species, we can firmly state that the option for the standing forest will grow more and more.

It is up to the private sector to be more conscious of its responsibilities and not see the forest as something to be used to subsidize forestland conversion. IBAMA is doing its homework and hopes that the majority of businessmen will follow the example of those few who have made a definite option for the forest. In the Amazon Region, this option is not one only made by businessmen. From the farthest places in the Amazon Region, peasant communities, rubber tapers and riverside populations are showing interest in the forest option. When all this becomes a reality, it will no longer be necessary to take repressive actions, because man never destroys what is dear to him.

MARKETS

The game starts

The trend towards mergers and acquisitions in the forest sector arrives in Brazil, but in a shy way, with a few sales and joint ventures in specific industrial areas

The elimination of trade barriers implemented by the Brazilian government

in the early 90's contributed to accelerate the process of changes that was in motion in the country, a process that was occurring throughout the whole world. As had happened in other countries, Brazilian companies had to adapt themselves to these new times, become more competitive, and

strive for gains in productivity and cost reduction. On top of its own internal problems, Brazil was not immune to the world crises of the last decade.

Within this context, and while facing many difficulties, the pulp and paper sector watched from afar a number of mergers and

acquisitions, especially in Europe and in the United States. This sector had to win a tug of war to be able to survive in a very competitive market with falling prices. According to well-informed sources, there were a lot of capital losses in the international scenario in the last years as a consequence of poor investment strategies and management mistakes.

However, in Brazil no important personnel are former Suzano's employees and, therefore, the company is part of our history. We are familiar with all their processes and everything exceptional that exists there. It is only natural that we had a great interest in acquiring the remaining 50% of the capital of the company, which we believe is one of the world's best in terms of technology and production costs", justifies Magon.

In his opinion, this acquisition helped to widen the geographic

limits of Suzano's activities, since Bahia Sul initial plans, with respect to infrastructure and other investments, already contemplated future production expansion.

"Suzano's operational flexibility, as well as its expansion capacity, became significantly greater with this acquisition", he comments. This purchase represents the assurance that the Suzano group has now all the required conditions to consolidate its position as one of the most important players of the Brazilian pulp and paper sector.

According to Magon, Bahia Sul Celulose is enjoying an excellent position in the market, especially after the currency devaluation and pulp price increases that occurred in early 1999. Its pulp production capacity is 575,000 tons/year, of which 390,000 tons are of market pulp, with the remaining pulp being used to produce 215,000 tons of printing and writing paper, both

from a single machine.

During 2000 the company sold 578,000 tons of products, of which 211,000 tons of paper and 367,000 tons of pulp. Net sales income reached R\$734,000,000 (~US\$320,000,000) and cash generation, as measured by EBITDA criterion, was R\$434,000,000 (~US\$200,000,000). Total debts by the end of 2000 were of about R\$773,000,000 (~US\$340,000,000), which correspond to a ratio net debt/ generated cash of only 1.8; "This means that the company's debts can be fully paid with the cash generated in 22 months" explains Magon. He concludes by informing that Bahia Sul liquid assets in December last year reached R\$1,406,000,000 (~US\$600,000,000) and net profits R\$215,000,000 (~US\$95,000,000).

CERTIFICATION

Mutual Recognition

The various certification systems currently in existence must find a common denominator that will make them comparable and pave the way for future mutual recognition as being equivalent in promoting good forest management.

Forest certification is considered to be a relatively new development in the global scenario of forest products trading, but is gaining considerable attention as an important tool in promoting market access. Its importance increases as more and more forest areas become certified. Basically, certification satisfies the need of consumers to know whether the products they buy are causing the destruction of forest resources. "Although certification in itself does

not ensure that this destruction has stopped, it does make a contribution to forest protection", says Carlos Alberto Roxo, who is the Coordinator of the BRACELPA (Brazilian Association for Pulp and Paper) Forest Certification Task Force and also the Co-chairman of the Working Group on Mutual Recognition of the International Forest Industry Roundtable – IFIR.

In 1999 IFIR, which is an informal forum of forest enterprises and associations from 12 countries, established a working group (WG) charged with preparing a proposal for mutual recognition of forest certification systems.

According to its representative, the WG has defined Mutual Recognition as "Reciprocal and non-discriminatory arrangements under which one certification system recognizes and accepts

other certification systems as being substantively equivalent in intent, outcomes and process in identified critical elements"

The proposal formulated by the WG/IFIR consists of the following items:

- A set of criteria and indicators that characterizes certification systems with credibility.
- A questionnaire to evaluate compliance with these criteria and indicators.
- Terminology.
- Management model for the certification system framework.

The WG/IFIR has defined nine criteria and 54 indicators for certification processes plus two indicators for chain of custody. They do not concern forest management itself, because the

standards for forest management are specified within each process and deal with social, environmental and economic conditions of the various types of forests and regions or countries. "They try to define procedures and conditions that ensure that processes include an ample and balanced participation of stakeholders, are scientifically supported and technically consistent, are transparent and non discriminatory and, finally, can be checked by independent auditors as having been carried out in conformity with regional sustainable forest management standards and legislation", explains Roxo.

Credibility

He further explains that in these processes the only valid currency is credibility. The criteria and indicators developed have the purpose of ensuring a good quality level for all systems. "Those with less stringent requirements could hurt this credibility and will not be able, at first, to take part in the system. But they deserve to be assisted and encouraged to make progress, so they could join the framework in the shortest time possible. The important fact is that there will be a reference for this type of evaluation and that makes the job much easier" he adds.

According to the Certification Director of the Brazilian Association for Technical Standards (Associação Brasileira de Normas Técnicas), Frederico Cabral, when mutual recognition agreements are made the objective is to make certifications issued in Brazil accepted by other countries that are members of the group. "This way, mutual recognition facilitates the trade of forest products, reduces multiple assessments and, as a consequence, reduces certification costs. That is why it is important that certifications made here can be recognized by other countries", he adds.

Cabral further explains that this recognition is based on mutual trust and is supported by the utilization of the same standards and procedures, which are adopted by the certification organizations/countries, as it was the case of ISO 9000 certifications issued in Brazil in recent years. The International Accreditation Forum – IAF, which is comprised of 20 countries, has recognized INMETRO as the accreditation organization of the Brazilian Certification System – SBC. This means that ISO 9000 certifications currently in effect in Brazil, which follow the same international ISO standard, were issued by certification organizations accredited by INMETRO according to the same international standard, ISO 62 Guideline. The accreditation organization (INMETRO) operates under the same international rules that are used by similar organizations in other countries (ISO 61 Guideline). There is a system that offers the required confidence for international agreements", he emphasizes. ABNT, besides being accredited by INMETRO and participating in the multilateral IAF agreement, also maintains recognition agreements with other European certification organizations.

Despite the peculiarities of forest certification and its rate of development, Cabral explains that the mutual recognition process will follow the basic steps mentioned above. However, he highlights two points:

- Due to the diversity of forest ecosystems and silvicultural practices used for local species, it is not possible to have world standards, such as ISO 9000;
- The world mutual recognition system that is being designed is not based on identical standards but on similar principles and processes. That is why it is important that the structure now being developed in Brazil within the national system for standardization

and accreditation be in harmony with procedures accepted internationally.

"The similarity in structures and practices is the main factor for reinforcing the confidence in mutual recognition", believes Cabral. He explains that to reach this goal, ABNT has oriented and convinced CERFLOR, a voluntary program for forest certification in Brazil, to enter a formal standardization process within the National Forum for Standardization that ABNT maintains. This forum operates according to the World Trade Organization – WTO Code of Practice for Standardization and, for this reason, the international acceptance of CERFLOR and its possible inclusion in other fora such as the International Organization for Standardization – ISO, could be made easier.

Special Study Committee

The standardization process started with the creation, on March 29, of a Temporary Special Study Committee – CEET that is made up of representatives of all stakeholders: producers, consumers, research institutions, government organizations, and NGO's. "The committee is working at a fast pace and is now discussing the basic text developed by ABNT Technical Committee on Certification. This text closely follows the standards used by other countries, which will help to achieve mutual recognition in the future" explains Cabral.

To define the Accreditation Rules for Forest Certification Organizations, which will be supervised by INMETRO, on April 18 a Forest Technical Subcommittee was established within the Brazilian Certification Committee – CBC. This committee provides technical support to the National Metrology Council – CONMETRO. "After the development of the accreditation rules and standards, CBC will have all the ingredients that convey

credibility to the system, therefore making its mutual recognition easier”, comments the ABNT representative. However, he informs that such recognition will not be automatic. “A series of negotiations and adjustments must be made in order to achieve the effective recognition of the system”.

As far as the definition of standards is concerned, he mentions that Brazil is halfway through the process. The definition of accreditation criteria is only beginning now, after the establishment of the subcommittee last April. “For Brazil it will be a great step forward with the creation of business opportunities, both for the domestic market and for export”, he anticipates. In the first case he mentions that the certificates could be accepted by the government as an incentive to the improvement of the forest sector, with certified producers demonstrating their effective commitment through responsible management. “In the international scene, it would promote the acceptance of our products by foreign markets and could even be adopted as a model for Mercosur”, explains Cabral.

For Frederico Cabral the biggest challenge is time, since the other systems are making quick progress and the Brazilian model must be fully operational in order to benefit from mutual recognition. “However, we do have an advantage: the basic references for mutual recognition models are also quite new and are still being consolidated. We still have a long way to go, however”, he comments.

“We may add that the certification process must be able to track certified wood back to its source, thus demonstrating its sustainable origin. For this reason, a complementary document is being prepared for the assessment of the chain of custody,” explains Cabral. According to his comments, a number of Brazilian

forest companies have adopted certification in response to the needs of specific clients. The Brazilian Government has established a policy for encouraging exports and strengthening the competitiveness of national enterprises. As part of this policy, the Ministry for Economic Development, Industry and Foreign Trade – MDIC has established the Production Chain Competitiveness Fora, which includes orientation for mutual recognition mechanisms as the already mentioned agreement between INMETRO and IAF”, explains Cabral.

Framework

Carlos Alberto Roxo explains that a number of alternatives are being considered for managing the framework of forest certification systems to be included in the mutual recognition scheme. However, the basic model would include the following points:

- Governing Body (Council), with two alternatives for its composition: only representatives from the various stakeholders, or only representatives of the certification systems. In the last case, there would be a condition that stakeholders should already be taking part in the certification system. Of course, this is a first proposal and other models, which might combine the two alternatives, could be developed. Most important is the concept of a balance among the various parties involved, such as forest owners, independent producers, forest products companies, trade enterprises, NGO's etc. The framework cannot have dominant groups and must maintain a balance of power among the various players; otherwise its credibility will certainly be undermined.

- Board of Directors, chosen by the council and with the same balanced composition

- Executive Secretariat,

responsible for routine administration tasks.

- Quality Assurance Group, made up of independent organizations of high reputation and credibility, chosen by consensus. This group will have the responsibility of assuring the quality, credibility and substantive equivalence of certification systems participating in the mutual recognition framework and of making sure that these attributes are maintained in the long term. Independently from the participating systems, this is the group in charge of assuring the good quality and credibility of the framework.

According to Roxo, IFIR will be the catalytic agent for the establishment of the International Framework for Mutual Recognition, developing actions to advance the initial proposal and to mobilize the various sectors for its discussion and implementation. “Industry does not want to be in charge and will not lead the framework, because it knows that this would hurt the credibility of the system. The framework cannot have ‘owners’, be it the industry, trade, NGO's or any other of the relevant players in the process”, he complements.

Advantages

The existence of a mutual recognition framework for certification systems with credibility will bring many benefits: a more diffuse sustainable forest management – assuring better protection to forests and to the populations depending on them -, increased availability of certified products on retail shelves (very important to generate income to keep the framework operating), non discrimination of countries and regions and elimination of trade barriers, therefore improving market access conditions. “These benefits will be achieved while preserving the independence of the various certification systems, and

this way, preserving the individual cultures of each country or region", says Roxo.

Roxo also believes that the establishment of the framework is of fundamental importance to Brazil, which is considered a country far from the main consumer markets. "Without this framework, Brazilian forest products could be discriminated in the global market no matter how stringent the sustainability criteria observed in their production might be", he justifies. Our products would have to compete unfavorably with certified products from Europe and North America that use certification systems that are naturally better known by their consumers. "After the framework is in operation, Brazilian certified products will be considered as equivalent to those of other participating systems and, therefore, placed on the same shelf without any discrimination", he explains.

Complexity

The mutual recognition proposal is being presented to various organizations such as FAO and ITTO and to other interested parties such as consumers, traders, retailers, publishers, members of the scientific community, forest owners and certification schemes. "With every new contact there is an increase in the understanding of how complex this issue is and how urgently a solution must be found", emphasizes Roxo. Based on these contacts IFIR will prepare a proposal for implementing the framework and will submit it to the various sectors involved, thus playing a catalytic role in the discussion and implementation process. "We hope that, from this point onwards, the role of IFIR will decrease in importance, being replaced by a dynamic collective process, which will then be a good indicator of its success", he complements. Among the critical factors for this success, Roxo mentions the establishment of

broader alliances among the various players and forest certification in developing countries.

In order to succeed, he adds, forest certification processes require the convergence of various sectors: i) forest owners and forest enterprises that manage forests, manufacture products and decide on their certification; ii) retailers, who decide to sell certified products; iii) consumers, who have the final decision on the purchase of these products; iv) workers, who carry out many tasks, from the forest to the point of sale; v) communities, who benefit from the services and products provided by the forest, and vi) the NGO's, who influence all the other players.

Roxo states that all these sectors act in a chain and that, no matter how powerful they may be, none of them on their own can assure a successful certification process. This is only defined by the effective sale of a large quantity of certified products, thus generating income to cover the costs of good forest management systems. "If one of these players decides not to participate, the chain just does not happen. This is what we are seeing today: while some systems certify large areas but face difficulties selling their products due to the lack of consumers, others may have well established sales channels but are not able to stock retail shelves with large volumes of their products, due to the lack of support from forest owners and enterprises to forest certification. Even in the cases where limited alliances were established, such as those between the NGO's and retailers, this situation has not been resolved", he adds.

For this reason, he believes it is necessary to establish wider alliances with all sectors interested in the success of forest certification processes, even if there is the risk of leaving out some of the more radical players in each sector. "These alliances must have the purpose of building a positive agenda for forest certification that is based on the

strategic macro objectives of the forest sector. These objectives should be set within a global vision that must have as its main assumptions the need to assure a balanced participation of all the links of the chain described above and that include the social, environmental and economic sustainability of the forest management, and the availability of significant volumes of certified products", he explains. "This critical mass must be sufficient to make a difference in the world trade of forest products, leaving out the products obtained through unsustainable, sometimes predatory practices. Only then could we assure that forest certification makes a significant contribution to the protection of the world's forests", he adds.

Roxo considers that the advancement of certification in developing countries is very important, especially in those that detain some of the last tropical forest reserves of the world. Until now, most of the forests already certified are located in the northern hemisphere and certification systems are finding it difficult to advance in southern countries. Therefore, one of the main concerns of consumers, the destruction of tropical forests, is not being addressed. Roxo suggests - "It is necessary to assist these countries in their efforts to establish well structured forest certification systems, capable of being integrated in the global framework. Income from the sale of certified products will be a powerful incentive to the good management of forests located in tropical regions".

Certification systems lack harmonization

According to Carlos Alberto Roxo, Manager for Corporate Relations and Environmental Affairs for Aracruz, today there are more than 30 forest certification systems in the world. "Most of them lack harmonization and this causes innumerable problems", he states. As a result, there is much confusion

among consumers and traders, who are faced with a myriad of labels and claims from many origins and different quality levels. Another problem in Roxo's opinion is the higher costs affecting companies that operate on a global scale, since they have to live with many different systems simultaneously.

He mentions another critical point: the unfair advantage enjoyed by local systems of the main consumer countries, which are more familiar to customers, as compared with certification systems of distant countries. In addition, some systems benefit from trade barriers, as they receive preferential treatment from government purchasing policies, lower import tariffs and other privileges.

Roxo believes that the excessive number of systems has defeated their initial purpose of supplying large volumes of certified products to retailers. "Until now, the total amount of sale items carrying certification labels is marginal if compared with the global trade of forest products, thus frustrating the expectations generated by consumers", he criticizes.

In his evaluation, this is a typical situation of an initial phase. However, he argues that the situation cannot last for an extended period of time because of the risk of affecting the credibility of the certification concept itself. "Consumers may react to the current situation of many certification systems on the market by just discrediting all of them and supporting none", he justifies. "If this were not enough, some systems are at war with each other, with all types of mutual accusations, and this only feeds distrust. We need to find a way out that will strengthen the certification concept", he alerts.

Roxo explains that solutions for similar situations have already been adopted in many industrial sectors, such as electronic, food processing, information and communication technology. These sectors have already developed advanced techniques and methods for

assessing equivalency among the various certification systems for their products. However, forest products have some important differences in relation to these areas.

He mentions that, in the first place, due to climate and other environmental variables and as a result diverse economic, social and cultural conditions, forest management is different in each country and even in different regions of the same country. "In contrast with automobiles, which can be manufactured in a very similar way in the United States or Brazil, forest management varies greatly between the two countries. Secondly, the definition and the assessment of the quality of a car involve technical parameters and they can be made solely between producers and consumers. However, the quality of forests must take into account values, many times of a subjective nature such as biodiversity, and a much wider range of players. Therefore, the process is not merely technical but also political", he explains.

For this reason, he considers that the existence of a number of certification systems that take into account locally prevailing conditions is understandable and healthy. "However, in order to avoid problems to a global economy due to such diversity of systems, it is necessary to establish a common platform that could introduce some degree of harmonization among them. This platform will allow the various systems to be compared to each other and, possibly, be mutually recognized as equivalent and integrated into the modern concept of the horizontal network", adds Roxo. Since the currency valid for these systems is credibility, he adds that it is also necessary that mutual recognition be carried out according to transparent rules, with a balanced participation of the various sectors of organized society, and always striving for high standards of forest management.

position with IFIR

He has been chosen as co-Chairman of the Mutual Recognition Working Group of the International Forest Industry Roundtable

Carlos Alberto Roxo, Aracruz Manager for Corporate Relations and Environmental Affairs and who last April had been chosen as co-Chairman of the IFIR Working Group for Certification and Mutual Recognition, will be one of the coordinators of the implementation phase of the international mutual recognition proposal. The change, according to Roxo, was a personal decision of James Griffiths, from New Zealand, of leaving the coordination of the WG. "Griffiths had a very good performance as Chairman of the WG during the preparation phase of the proposal, and is the main responsible for its elements and consistency", explains Roxo.

"The selection of my name is due to the importance of the Brazilian forest sector in the world, not only because of its geographic extension and technological advancement, but also because of the modern profile of its leaders and the active participation of its organizations, such as SBS and BRACELPA, and also of the forest enterprises themselves, in international discussion fora on forests", he adds.

According to him, it is also important to mention that for this phase the other co-Chairman will be Clifford Schneider, a representative of Westvaco that is the company that controls Rigesa, a forest company located in Santa Catarina. - "Schneider is quite familiar with our country. This ensures that the views of the Brazilian forest sector will be taken in good consideration in this implementation phase," explains Roxo. The IFIR draft proposal for an international framework for mutual recognition is available at SBS and BRACELPA headquarters office and can be requested by e-mail (sbs@sbs.org.br).

Carlos Roxo takes up a

AGENDE-SE DESDE JÁ PARA PARTICIPAR DESTE EVENTO

Eventos paralelos

- *Cursos*
- *Workshops*
- *Feiras de Produtos e Equipamentos florestais*

Abril / 2002
Brasília - DF - Brasil

2º CONGRESSO FLORESTAL PAN-AMERICANO
2nd PAN-AMERICAN FORESTRY CONGRESS



8º CONGRESSO FLORESTAL BRASILEIRO
8th BRAZILIAN FORESTRY CONGRESS



Realização:



Sociedade Brasileira de Silvicultura

Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais



O país que a gente quer depende do que a gente faz.

A Cia. Suzano criou o Instituto Ecofuturo, uma organização não governamental, para promover o desenvolvimento sustentável na comunidade que vive dos recursos naturais no Brasil. Ou seja, buscar a melhoria da qualidade de vida a partir do equilíbrio entre desenvolvimento econômico, social e ambiental. Com o Instituto Ecofuturo, a Cia. Suzano oferece à sociedade a mesma competência e inovação que marcaram sua história de sucesso e responsabilidade social.

ECO FUTURO



SUZANO